

ATA N.º1/2016
ATA DA REUNIÃO ORDINÁRIA DA ASSEMBLEIA
MUNICIPAL DE S. JOÃO DA PESQUEIRA, REALIZADA
EM 26 DE FEVEREIRO DE 2016

Aos vinte e seis dias do mês de fevereiro de dois mil e dezasseis, pelas catorze horas e vinte e cinco minutos, no Salão Nobre do Edifício dos Paços do Concelho, reuniu a Assembleia Municipal de São João da Pesqueira, por convocatória do seu Presidente de quinze de fevereiro do ano corrente, com a seguinte Ordem de trabalhos:

- PONTO 1 – Apreciação da Atividade Municipal;**
- PONTO 2 – Análise, discussão e votação da Retificação ao Mapa de Pessoal para 2016;**
- PONTO 3 – Análise, discussão e votação das Grandes Opções do Plano e Orçamento – 1.ª Revisão;**
- PONTO 4 – Análise, discussão e votação da Proposta de Suspensão Parcial do Plano Diretor Municipal de São João da Pesqueira;**
- PONTO 5 – Análise, discussão e votação sobre a participação em 50% do Município na Constituição de uma Associação Sem Fins Lucrativos para a Promoção e Desenvolvimento do Concelho.**

O Senhor Presidente da Assembleia iniciou a sessão cumprimentando o Executivo, os Membros da Assembleia e o Público presente. Fez votos para que os trabalhos sejam, como é já habitual, proveitosos e participativos, passando a palavra à Senhora 2.ª secretária para verificar as presenças. Verificada a existência de quórum, assinalou-se a ausência do Senhor António Balça. Continuando, o Senhor Presidente da Assembleia elucidou que se alguém presente no público tivesse intenção de participar, no momento concedido a essas intervenções, fizesse o favor de se dirigir à Mesa e registar, por escrito, essa pretensão. A Mesa aceitou o pedido apresentado pela Senhora D.ª Emília Figueiredo. Prosseguindo os trabalhos, o Senhor Presidente deu conhecimento da correspondência recebida, mais relevante, salientando:

- O relatório anual de atividade de 2015, bem como o novo Regulamento Interno da Comissão de Proteção de Crianças e Jovens;
- Alguns convites para participação em atividades;
- O agradecimento da família do falecido Monsenhor José do Nascimento Gomes pelo voto de pesar aprovado por esta Assembleia, que se reproduz:

Exmo. Senhor,

Em nome da família de Monsenhor José do Nascimento Gomes, vimos por este meio, informar que muito nos sensibilizou o voto de pesar, aprovado pela Assembleia Municipal, pelo falecimento do nosso ente querido, que sempre se considerou "filho" de São João da Pesqueira.

Com os melhores cumprimentos

Maria da Luz Santana

“

- Fez também a leitura da carta de agradecimento do Senhor Deputado António José Lima Costa;

“

Caro amigo,

Muito sensibilizado, agradeço o voto de louvor deliberado pela Assembleia Municipal, tão dignamente presidida por V/Exa.

Peço para ser portador junto dos membros da Assembleia Municipal deste meu sentimento.

Aproveito o ensejo para me disponibilizar, no cargo que agora desempenho, para colaborar com V/Exa., restantes eleitos diretamente para esse órgão autárquico e senhores presidentes de junta de freguesia do concelho, visando a defesa das terras e gentes do nosso Douro.

Com um abraço amigo,

António Lima Costa

“

- O ofício do Município de Torre de Moncorvo sobre o impacto ambiental do parque eólico.

- O documento da AMAI dirigido aos membros independentes da Câmara, Assembleia Municipal e Assembleias de Freguesia.

Toda esta correspondência disse estar arquivada, podendo ser consultada, caso o pretendam para melhor esclarecimento. Seguidamente passou à auscultação da atividade desenvolvida pelos grupos de trabalho da Assembleia. O Senhor Jorge Andrade saudou os presentes, e como representante do Conselho Cinegético disse terem reunido dia 17 de fevereiro, com dois pontos em agenda:

- Primeiro, o pedido de renovação da zona de caça de Valongo dos Azeites;
- Segundo, análise das alterações ao Regulamento de Apoio e Financiamento ao Associativismo de Caça e Pesca.

Ao primeiro ponto foi dado parecer favorável, ao segundo as alterações apresentadas irão ser analisadas, não estando ainda totalmente elaborado. Posteriormente dará conhecimento desse trabalho à Assembleia, tendo entregado à Mesa, a ata da reunião de trabalho realizada no referido dia. O Senhor Teófilo Anjos, representante no Conselho Municipal de Educação, disse não ter podido apresentar-se na reunião, face ao acontecimento pesaroso ocorrido na sua vida. O Senhor Presidente da Assembleia transmitiu o trabalho do representante da Assembleia, junto da ACES Douro Sul, Senhor Francisco Simão. Disse encontrar-se um documento disponível para consulta, apresentado pelo Diretor Executivo Rui Dionísio, em reunião de 16 de dezembro 2015, na sede do ACES em Lamego.

- Sintetizando, informou que as Juntas médicas que eram realizadas em Vila Real passarão a ser feitas em Lamego;
- Reconhecem a importância da utilização de + saúde 24 para esclarecimento de dúvidas e orientação na doença;
- A inexistência de um nutricionista e a incapacidade de o ACES não ter autonomia para contratar técnicos de que necessitam;
- Quem usufrua do complemento social para idoso terá direito ao cheque dentista;



- A falta de entrega da declaração de IRS originará a não isenção do pagamento da taxa moderadora;
- Quanto ao problema de espera dos utentes do Centro de Saúde, antes da abertura do mesmo, o Senhor enfermeiro Francisco apresentou o testemunho do representante da Assembleia Municipal de Tabuaço. Disse terem disponibilizado um funcionário da Autarquia para às 7horas abrir o Centro, não tendo havido resultado positivo, acabando por deixar de o fazer, porque as pessoas apareciam sempre mais cedo.
- Informou ainda que se encontra mais um médico de família colocado no nosso Centro de Saúde, aumentando assim a capacidade de resposta das necessidades.

O Senhor Presidente passou a expor o discutido em reunião do Conselho Municipal de Educação. Constatou ter sido uma reunião positiva, tendo sido discutidos os resultados da avaliação do 1.º período dos vários ciclos e cursos vocacionais, chegando-se à conclusão que em período análogo, os resultados deste ano serem mais "interessantes". Debateram ainda a importância do combate ao estigma do ensino profissional, a criação de sinergias para cooptação de novos alunos de concelhos limítrofes e a importância das nossas Escolas se tornarem mais apelativas. Fora ainda perceptível a preocupação do uso de estupefacientes, tendo resultado numa discussão viva e extensiva a vários membros presentes. O representante da Associação de Estudantes do Agrupamento de Escolas dissera ser extremamente preocupante, o facto de cinco alunos por turma poderem estar a consumir drogas e outros produtos ilícitos. Perante estes factos, fora decidida a convocação de uma reunião extraordinária para discussão desta problemática e elaboração de um documento, a enviar às autoridades competentes, incluindo a Assembleia, para também aí, ser analisado e discutido. O Senhor Presidente propôs um voto de pesar com um momento de silêncio, pelo falecimento da mãe, de um dos nossos Membros da Assembleia, Senhor Teófilo Anjos, tendo a proposta sido aceite por unanimidade. Finalizada a audição dos grupos de trabalho, o Senhor Presidente colocou a ata para aprovação, questionando se alguém pretendia manifestar-se sobre a mesma. Inscreveram-se os Senhores Paulo Bito, Vítor Tomé, Silva Fernandes e Joaquim Monteiro.

O Senhor Paulo Bito cumprimentou os presentes pedindo para aclararem que na proposta de congratulação ao Senhor Eng.º Lima Costa, apresentada pelo Senhor Silva Fernandes, também a subscrevera não aparecendo lá o seu nome. O Senhor Presidente da Assembleia concordou referindo que o Senhor Silva Fernandes fora o primeiro a apresentar a proposta, tendo-a entregue à Mesa devidamente assinada. O Senhor Paulo Bito dissera ir apresentar o mesmo, tendo acordado com o Senhor Silva Fernandes, e aceite pelo mesmo, subscreverem-na os dois. Assim sendo, faltará a sua assinatura. No entanto, realçou que essa posição está retratada na página 12 da ata.

O Senhor Vítor Tomé disse não ter encontrado na ata, parte da resposta que o Senhor Presidente da Câmara lhe dera quando o advertira por não ter disponibilizado transporte para o funeral do Senhor Padre José Gomes, ao qual lhe respondera "quem quer prestar homenagem vai por meios próprios".

O Senhor Silva Fernandes notou que, na página 5 não estar referida a pergunta que fizera sobre o motivo da ausência de alguém do Executivo, na reunião da CIMDouro. Na página 8 preferia "não abdicariam" em vez de "sem abdicarem de". Na página 14 diz haver o lapso de em vez de 10 jornadas cooperativas terem colocado 14. Na página 16 diz poder haver duas leituras, na sequência do texto parece que as respostas são dadas todas ao Senhor Silva Fernandes, quando são

também respostas dadas a outros intervenientes. Na página 26 em vez de "protocolares" deverá ser "protocolados".

O Senhor Joaquim Monteiro cumprimentando os presentes disse que na página 18, na sua intervenção, onde se lê "coleção" deverá ler-se "região".

O Senhor Presidente disse que as correções irão ser feitas e não havendo mais intervenções, colocou a ata a votação tendo sido aprovada por maioria. Registaram-se as abstenções, com declaração de voto, das Senhoras Marcolina Sequeira, Helena Monteiro e Senhor Jorge Andrade que o fizeram por não terem estado presentes na reunião.

O Senhor Presidente da Assembleia passou à discussão do período de Antes da Ordem do Dia concedendo autorização para intervir às Senhoras Maria Helena, Marcolina Sequeira, Anabela Pereira e aos Senhores Sebastião Mesquita, Silva Fernandes e Joaquim Monteiro.

A Senhora Maria Helena cumprimentando os presentes referiu ter já chamado a atenção para o espaço da Devesa, constatando continuar tudo na mesma, acrescentando encontrar-se já, há mais de um mês, um sinal tombado no pavimento. Aproveitou o momento para pedir alguma intervenção no Centro Escolar, dado que os pátios interiores, quando chove, ficam encharcados e, sendo um piso meio esponjoso, as crianças molham-se, caem a brincar, tornando-se perigoso.

A Senhora Marcolina Sequeira saudou os presentes pedindo ao Senhor Presidente da Câmara que providencie junto dos sapadores, a fim de que o trabalho de limpeza das bermas seja realmente bem executado. Disse ficarem restos de árvores e ramos que com o vento, caem nas valetas, estando completamente entupidas. A água resvala para a estrada, fazendo aquaplane, tornando-se perigoso para quem conduz. Sugeriu poder mandar o pessoal que trabalha nos jardins, ajudar os sapadores na recolha desse lixo, porque o Município não é só a Pesqueira, mas também as freguesias. Mostrou o seu desagrado pelo fato de serem sempre as mesmas pessoas, da família política do PSD, a constituírem as mesas de votos nas eleições. Concorda que o Presidente da Mesa seja alguém com conhecimento nessa área, mas quanto aos escrutinadores e restantes membros, deveriam dar oportunidade aos jovens e pessoas desempregadas, sendo uma forma de arrecadarem algum dinheiro.

Passada a palavra à Senhora Anabela Pereira Lopes, esta reconhece que o Município é muito hospitaleiro, recebendo bem quem o visita e quem cá fica. Perante esta qualidade causou-lhe alguma indignação que o Município vá alojar os médicos que tanto necessita, nas catacumbas do Tribunal, em vez de os alojar nas casas airosas, que este possui, onde já moraram os Senhores Magistrados e, que ficam situadas em zona nobre na Avenida principal desta vila. O que causa estranheza, é que o Município transformou estas casas da Avenida em armazéns e anda agora a fazer obras em habitações que ficam nos fundos do Palácio da Justiça, cujas janelas estão voltadas para o parque de estacionamento e não lhe dá o sol.

Finalizada a intervenção o Senhor Presidente deu a palavra ao Senhor Sebastião Mesquita que começou por lembrar que na última reunião debatera a questão da troca de terrenos no Lameirão, tendo pedido que lhe enviassem documentos relacionados com o assunto. Esses documentos ter-lhe-ão sido entregues, gostando que fossem distribuídos pelos restantes Membros da Assembleia para conhecimento de todos. A propósito das intempéries que assolaram o nosso e os concelhos vizinhos, reconheceu que a proteção civil de outros municípios fizera chegar petições ao Governo. O Ministro da Agricultura deslocara-se à região, foram realizados debates, tendo feito chegar a sua voz mais longe. O concelho



de Santa Marta tivera prejuízos concentrados, mas o concelho de S. João da Pesqueira, com uma área de vinha maior, os prejuízos são mais dispersos e tornando-se mais avultados. Com tantos técnicos nesta casa, não vira por parte do Município que tivessem executado um apanhado desses danos, junto dos agricultores, para envio ao Ministério da Agricultura, até ao dia 29, o prazo terminará nesse dia e se não declararmos, nada receberemos. Convidou a Assembleia a deslocar-se à Escola C+S para apreciar a entrada dos alunos nos autocarros e verem as condições em que as crianças chegam a casa, sendo o dia propício para essa observação. O Senhor Presidente da Câmara respondera-lhe na última reunião que as obras das Escolas, umas são da responsabilidade do Ministério da Educação e outras do Município. Compreende, no entanto, que sendo um local fora dos muros da Escola, essas obras, entende serem mais da responsabilidade da Câmara. Fez ainda o reparo do estado das janelas e infiltrações de água que o edifício dos Paços do Concelho apresenta. O S. João vai chegar dando mau aspeto para além da degradação do edifício. Umhas latas de tinta, e pouco mais, proporcionariam uma melhor aparência. Caso necessitem, dispôs-se a emprestar uns andaimes.

Tomou a palavra o Senhor Silva Fernandes cumprimentando a Mesa, o Executivo, Membros da Assembleia e o público presente. Lembrou que entregara dois requerimentos à Mesa, um deles, relacionado com uma deliberação do Executivo, tomada em reunião de Câmara sobre a alteração de uma verba de duzentos mil, para duzentos e setenta mil euros. O outro solicita que lhe façam chegar, através da Mesa da Assembleia, uma relação do pessoal com determinadas condições, a fim de que possa "saber quantos são, e o que fazem". Disse que recebera a resposta por *email*, constatando que "o que perguntava era o concreto, aquilo que recebera é a forma de não quererem responder". A este seu lamento juntou um documento que entregara à Mesa pedindo para que seja distribuído, "se assim o entenderem", sobre municipalismo, política e cidadania, por achar valer a pena, termos conhecimento dele. Sintetizou, seguidamente, assuntos que levantara nas diversas reuniões e que ficaram com meia resposta, ou resposta difusa, tais como:

- O orçamento participativo que deveria ter sido analisado na reunião de abril de 2015, não o sendo, tendo o Senhor Presidente da Câmara respondido que "estavam a tentar fazer o nosso orçamento participativo". Perguntou quando irá aparecer;
- A monografia sobre S. João da Pesqueira continua sem aparecer. Para quando está prevista a sua publicação e qual o montante já pago até dezembro de 2015;
- O arranjo do local das Bateiras, levantado por si e por vários membros da Assembleia, continua igual e nem a placa que identificava o limite do concelho que há muito desaparecera e que pedira para que fosse colocada, continuar sem ser reposta. Diz "entrarmos no concelho sem saber que nele estamos";
- As lombas da reta de Dessarges ficaram de ser sinalizadas, não o estando, tal como os refletores que ficaram de ser colocados;
- Quanto às dívidas à Águas-de-Trás-os-Montes nada se sabera de concreto, nem a dívida à data de 2015, apesar de sabermos que haverá alterações, anunciadas já pelo Ministro do Ambiente;
- Também um assunto do ano passado, quais as contrapartidas negociadas com a EDP pela colocação dos postes e cabos de transporte de energia pelo território do Município;

- Sobre o vídeo que estava a ser feito para divulgação do concelho, nos aviões da TAP, perguntando se já está a funcionar;
- O Cais da Ferradosa, gostaria de saber, se fora ou não contemplado com a verba anunciada dos 600 mil euros;
- Por fim o que o Executivo nos pode dizer sobre a posição da Associação dos Municípios Portugueses do Vinho. S. João da Pesqueira orgulha-se dos seus pergaminhos de ser o coração do Alto Douro Vinhateiro e o concelho que mais vinho produz. No entanto a bandeira nacional da Associação dos Municípios do Vinho fora para Foz Coa, passando a ler "por ser considerado um dos territórios de maior prestígio internacional, no que diz respeito à qualidade, produção de vinho, assumindo-se igualmente como um dos municípios que representam a região demarcada do Douro".

Terminou dizendo que estas perguntas poderá deixá-las por escrito, gostando de obter as respostas.

O Senhor Presidente da Assembleia deu a palavra ao Senhor Joaquim Monteiro que afirmou referir em todas as reuniões o que não fora realizado na sua freguesia, lembrando que passado o 1.º mandato e dois anos do 2.º para os quais fora eleito Presidente da Junta, haver muito a fazer. Faltando dois anos para finalizar o 2.º mandato, seria bom que ponderassem sobre as prioridades da freguesia de Ervedosa do Douro.

Terminadas as intervenções o Senhor Presidente da Assembleia convidou o Senhor Presidente da Câmara para usar do direito de resposta e de informação. O Senhor Presidente da Câmara tomou a palavra para responder às perguntas dos intervenientes deste período. Respondendo à Senhora Maria Helena disse terem já orçamento, não sendo necessário projeto para avançar com obras no parque da Devesa, não tendo sido iniciadas, em virtude do estado do tempo. Sobre o sinal, reconheceu não ser desejável uma situação dessa natureza, anotando esse reparo, a fim de ser recolocado o mais rápido possível. Sobre o Centro Escolar, a obra está no prazo de garantia, tendo sido imposta a vistoria ao construtor no prazo de 90 dias. Irão ser anotadas todas as anomalias detetadas. À Senhora Marcolina Sequeira disse que os sapadores têm feito um bom trabalho. Devido ao tempo que se tem feito sentir, será fácil as valetas ficarem entolhadas, e mesmo recorrendo à boa vontade das juntas de freguesia, em nos ajudarem, não se conseguirá realizar tudo ao mesmo tempo. No que concerne à escolha dos membros para constituição das mesas de voto, nas eleições, é um trabalho feito nas juntas de freguesia, com os vários grupos, quer partidários, quer das Associações que fazem a escolha da constituição das secções de voto. Concorda com a sugestão, deixando o registo a quem o queira seguir. À Senhora Anabela Pereira disse não concordar com a expressão "catacumbas" achando o termo impróprio para um edifício tão digno. O espaço disse oferecer condições, tendo sido habilitado pelo Senhor Oficial de Justiça. Com as obras em curso, ficará com melhores condições. Disse ser um edifício do qual o Ministério da Justiça tenta apoderar-se, mas que é património do Município. Este será mais um sinal de que, como nosso, podemos intervencioná-lo. Somos e continuaremos a ser hospitaleiros, disponibilizámo-nos a financiar a estadia enquanto as obras não estiverem concluídas. O médico aceitou as condições, tendo gostado do espaço. As casas na avenida, pensa, dever estar-se a referir às casas dos Magistrados. Estão em péssimas condições, necessitando de uma intervenção demorada e dispendiosa. Ao Senhor Sebastião Mesquita já fizera chegar a documentação solicitada sobre a troca de terrenos, e como já explicara, não iria pôr em causa a instalação de um Centro de Inspeções que todos reclamavam, pensando que dadas as circunstâncias, ter sido o negócio

possível. O documento fora enviado a quem o solicitara, se pretender, acha bem mandá-lo distribuir nesta reunião. Quanto à Proteção Civil disse estarem a proceder ao levantamento dos prejuízos causados pelas intempéries. Há oito dias estivera reunido com o Senhor Diretor Regional, receberam um formulário para ser preenchido, tentando fazer chegar à CIM e aos órgãos governamentais, esse estudo. Cada Município tem a sua forma de procedimento, uns optam pela mediatização, outros preocupam-se com as situações de outra forma. Na última reunião de Assembleia fizera distribuir o mapa do quadro de pessoal por solicitação do Senhor Presidente da Assembleia como resposta ao requerimento feito pelo Senhor Silva Fernandes à Mesa. Esse documento reflete o pessoal que temos e que a lei permite. Mesmo com o aumento de equipamentos, temos reduzido em termos percentuais. No ano de 2014, situava-se em 16,2%. O ano de 2015, embora os cálculos não estejam concluídos, deverá rondar os 15,2%. Caso haja uma situação concreta que queiram focalizar, terá todo o gosto em esclarecer. Quanto às obras, reconheceu terem de ser feitas, tanto no edifício dos Paços do Concelho, como nas Escolas e em outros locais, tendo de estabelecer e assumir prioridades. Ao Senhor Silva Fernandes disse que às questões que coloca, vai respondendo. Pensando ficar esclarecido, surpreende-se com a repetição das perguntas ao ouvir "que dá só meias respostas ou não são respondidas". As lombas estão sinalizadas, não estando conforme o que o Senhor Silva Fernandes pretendia. Disse aceitar que tenha a sua ideia, mas ser uma situação que depende do que achamos bem "sinalizadas", não podendo fazer-se a vontade a cada um. A monografia é um documento que diz dever existir, considerando os custos, estabelecemos sempre as prioridades. O lugar das Bateiras é outra situação que estão a trabalhar. Irá abrir uma candidatura para as zonas ribeirinhas, estando sinalizada as Bateiras, Ferradosa e toda a zona ribeirinha do concelho. Quanto à dívida às Águas-de-Trás-os-Montes, o assunto será discutido no tribunal, encontrando-se o processo a decorrer. "Consideramos o débito de determinado valor, eles consideram outro." Concluiu-se que as câmaras do interior têm razão ao dizer que pagam a água mais cara que outras. Estamos atentos ao que o Tribunal decidir. Sobre as contrapartidas devidas pela passagem das linhas de alta tensão, as conversações não acabaram com as Autarquias da Pesqueira, Tabuaço e Armamar, tendo reunido com a EDP e estando a ser discutidas. Relativamente à Associação Portuguesa do Vinho, disse ser mais uma Associação criada no Cartaxo, com pouca adesão, por ter um eixo muito restrito, naquela zona de vinhos. Ao Senhor Joaquim Monteiro disse reconhecer, tal como ele, haver muito a fazer na freguesia de Ervedosa. Têm trabalhado em conjunto, tal como com as outras freguesias, atuando-se mais nuns sítios, outras vezes em outros, conforme as indicações.

Solicitaram à Mesa intervenção para esclarecimento das respostas dadas os Membros:

Senhor Sebastião Mesquita que disse não pretender que o Município passasse na televisão, ou a deslocação do Senhor Ministro ao local, mas que a Câmara chamasse os Presidentes de Junta, os proprietários, acompanhados pelos técnicos da Proteção Civil e fizessem o levantamento dos prejuízos causados pelas intempéries. No site da DRAPN informam que esses danos terão de ser declarados até ao dia 29 do corrente mês. Pensa que "esse trabalho não irá ser efetivado, não darão entrada na direção regional à data estipulada, e consequentemente ficaremos com prejuízos elevados". Quanto aos documentos pedidos sobre os terrenos e quadro de pessoal, diz não o fazer para seu belo prazer, mas sim para satisfazer perguntas que os munícipes lhe colocam. "A

Assembleia é um órgão deliberativo, tendo poderes até para destituir o Executivo, o que pedimos tem que nos ser fornecido".

A Senhora Anabela Pereira disse que não está na Assembleia Municipal como representante do Ministério da Justiça nem como defensora do seu património. Referiu-se às casas da Avenida como sendo aquelas que foram habitadas pelos Magistrados, e que a Câmara transformou em armazéns, por serem aquelas mais airosas, com melhores condições e mais adequadas para alojar os médicos.

Mais referiu, que se consta que a Câmara irá fazer obras na casa das celas para instalar um outro médico. A ser verdade, será esta casa ainda pior que a que foi referida anteriormente, uma vez que esta não possui janelas, apenas tem umas aberturas junto ao teto sem vistas e de difícil acesso. Acrescentou que se a Câmara é dona do edifício onde funciona o Tribunal, e que na verdade é um Edifício Nobre, seria bom apressar-se a fazer obras no telhado, porque chove em muitos sítios no seu interior, sendo certo que, há dias caiu uma porção do teto, no corredor, em frente aos gabinetes dos Magistrados, enquanto decorria uma audiência de julgamento, que felizmente não causou danos pessoais.

O Senhor Joaquim Monteiro tomou a palavra para agradecer o apoio dos Senhores Fernando Pereira, Sebastião Mesquita e Silva Fernandes na luta que tem travado para fazer das Bateiras a entrada nobre do concelho. Regozijou-se com a notícia dada pelo Senhor Presidente da Câmara, esperando que até 2017 essa obra esteja executada.

O Senhor Presidente da Câmara pediu para responder ao Senhor Sebastião Mesquita tendo dito que nunca se negara a qualquer pedido de informação, divulgando o que lhe solicitam. À Senhora Anabela Pereira disse que a Câmara não tem mais nenhuma casa, a opção encontrada fora a mais rápida, eficiente e com melhor qualidade.

O Senhor Presidente da Assembleia concedeu a palavra solicitada pela Senhora Anabela Pereira que retorquiu, perguntando se as duas casas dos antigos magistrados não são da Câmara, se não estão transformadas em armazéns, e não o estando, o que está lá a funcionar.

O Senhor Presidente da Câmara respondeu que as casas não oferecem nenhuma condições, para serem habitadas. A última intervenção fora colocar um telhado para que não desabassem, encontrando-se o edifício numa situação muito má.

O Senhor Presidente da Assembleia fez considerações sobre o documento entregue à Mesa pelo Senhor Silva Fernandes, intitulado "Municipalismo, política, cidadania" de autoria de Fernando Roriz, informando ficar em arquivo e quem tiver vontade de o conhecer, pedir as respetivas cópias. Sobre o documento entregue ao Senhor Sebastião Mesquita, e tal como o Senhor Presidente da Câmara pedira, irá manda-lo fotocopiar, para distribuição. Sobre o convite deixado da deslocação dos Membros da Assembleia ao espaço da paragem dos autocarros do Agrupamento de Escolas, entende não merecer a pena a interrupção da Assembleia para essa constatação, uma vez todos conhecerem o espaço e não existirem dificuldades de perceção das condições com que os jovens se depararam em dias de intempéries. Ele próprio manifestara ao Executivo, essa preocupação e necessidade de intervenção, quando da preparação da atividade da Câmara para este ano civil, reforçando esse pedido. Quanto à deslocação ao local, se alguém se opuser à sua opinião, fará o favor de se manifestar. Não se notando diferendos, passou à análise dos trabalhos da Ordem do Dia.



Ponto 1 – Apreciação da Atividade Municipal.

Dada a palavra ao Senhor Presidente da Câmara disse seguir a metodologia de sempre, esclarecerá as dúvidas no final das intervenções.

O Senhor Presidente da Assembleia aceitou inscrições dos Senhores Teófilo Anjos, Silva Fernandes, Paulo Bito, Vítor Tomé, António Froufe, Sebastião Mesquita e Joaquim Monteiro e da Senhora Lourdes Marinho.

O Senhor Teófilo Anjos saudou o Executivo pelo esforço na fixação do médico colocado no Centro de Saúde, perguntando se com a sua vinda ficará colmatada a necessidade de que todos os utentes fiquem com médico de família.

O Senhor Silva Fernandes fez um pequeno reparo que tem a ver com a imagem do concelho. Verificou que nos ofícios das convocatórias aparecem com a designação de Assembleia Municipal de São João da Pesqueira e no endereço tem S. João da Pesqueira. Entende dever manter-se sempre a mesma nomenclatura por uma questão de marketing e de imagem. Congratulou-se com a chegada de mais um médico. Sobre a atividade desenvolvida na Ação Social, gostaria de saber qual o tipo de trabalho articulado com a rede europeia anti pobreza. No ponto 2 da rubrica "Atividades Diversas" qual é o valor previsto e se a contratualização da assessoria técnica para recuperação do IVA se justificará, interrogando se o Município não tem meios próprios para proceder a esse trabalho, necessitando de o contratualizar. Na rubrica Empreendedorismo/Fundos Comunitários, congratulou-se com o total de valores em candidaturas, globalizando verbas no valor de 5 milhões e trezentos mil euros, considerando ser muito dinheiro, caso venham a ser aprovadas, desejando que as verbas sejam bem utilizadas. Sobre a apresentação da Atividade Municipal deverá fazer-se referência ao que está em curso e ao que está pendente, nunca aparecendo essa indicação, por isso a sua pergunta.

O Senhor Paulo Bito salientou a candidatura ao Norte 2020 – requalificação e expansão da Zona Industrial, por se conhecer a enorme procura de venda de lotes e reconhecer-se a importância que estas infraestruturas têm na atração de investimento para fixação das empresas, na criação de emprego sustentável, e na fixação das pessoas ao território. Valorizou ainda a candidatura INTERREG, visando a elaboração de uma ecopista que irá ligar as Bateiras à Ferradosa, exemplificando com o caso de sucesso do Geoparque de Arouca e do número impressionante de visitas diárias que atrai. Considerou que esta candidatura é um incentivo, trazendo proveitos ao desenvolvimento turístico do concelho. Na página 5 salientou a limpeza e abertura ao trânsito, de uma forma célere, das vias que ficaram intransitáveis por força do mau tempo e o acompanhamento dado, tanto pela Câmara como pelas corporações dos bombeiros voluntários. Reconheceu a importância da colocação do médico no Centro de Saúde, perguntando se irá suprir a falta de médico de família a toda a população. Sabendo que muitos médicos, colocados no interior, metem baixa ou pedem mobilidade, perguntou se tem conhecimento da sua intenção. Apelou ao Senhor Presidente para que lhe proporcionar condições, a fim de que a sua motivação persista e se fixe no nosso território.

O Senhor Vítor Tomé fez o reparo, ao verificar uma contratualização para limpeza do Museu, tendo sugerido "para quando uma contratualização de uma agência para desenvolvimento desse mesmo Museu, já que por meios próprios não se consegue sustentar". Deslocara-se em visita a Arouca constatando que têm, por fim de semana, seis mil visitantes. O nosso Museu não tem esse número durante um ano. Não fizera o trajeto dos passadiços em Arouca, por falta de marcação antecipada, vira na televisão uma entrevista a uma Senhora empresária de



restauração, a qual disse que as refeições tinham aumentado 600%. Os fundos europeus, disse, destinarem-se à criação de pólos e desenvolvimento nas regiões, lamentando que não façam o mesmo. Entende, referindo-se à candidatura para a ecopista, ser uma obra brutal, sujeitando-nos a não seja aprovada. Em Arouca, certificara que nas entradas para os passadiços, se notava maior afluência de pessoas, havendo o retorno para os locais. A ecopista a arrancar nas Bateiras "digamos que fora do concelho" os visitantes irão pernoitar ou comer no Pinhão ou Régua. Disse termos zonas para tudo, dentro do nosso concelho, exemplificando com Soutelo ou Nagoselo, com um projeto provavelmente mais viável e possível de ser aprovado. Quanto ao alargamento da Zona Industrial e à necessidade de satisfação a quem pretender instalar-se e adquirir lotes, perguntou quais os critérios de seleção impostos pela comissão de análise, e se a mesma é constituída por pessoas conhecedoras das necessidades industriais do concelho.

A Senhora Lourdes Marinho referindo-se às atividades da Ação Social pediu para ser esclarecida sobre os objetivos, a metodologia e as entidades envolvidas com a "articulação de atividades com a rede europeia anti pobreza". Achou uma ótima ideia, interessante e com importância para o concelho, gostando de saber que ações estão a ser executadas, qual o âmbito das mesmas e em colaboração com quem.

O Senhor António Froufe, relativamente à rubrica "Ambiente" e da projeção apresentada no Workshop, realizado na Biblioteca, disse concordar, pedindo à Câmara que cumprisse pelo menos 10% do que fora explanado. Infelizmente reconheceu que, quer as Juntas, quer o Município são contra muitas coisas, mas continuamos a fazer betão, as linhas de água estão cada vez mais danificadas, valetas entupidas, logo que chova um pouco mais. Na rubrica Proteção Civil "Limpeza e abertura ao trânsito em menos de 24 horas" considerou ser falso, por ter três caminhos intransitáveis há quase um mês e ninguém lá aparecera. Tivera várias derrocadas, quer na freguesia de Espinhosa, quer na de Trevões, e por meios próprios tivera que limpar os caminhos para permitir a circulação. Sobre os muros, acrescentou que gastariam menos se fizessem bem o trabalho e de uma só vez. Para o levantamento de dois muros na freguesia de Trevões, deslocaram-se por 3 vezes, dois engenheiros civis, três técnicos da Câmara e um COM, para fotografarem, telefonando-lhe porque precisavam de saber os metros dos mesmos, tendo levado máquinas, esquecendo-se das fitas métricas. Saliu a existência de derrocadas de lamas, com 20 a 30cm de altura, na estrada de Trevões, necessitando de ser retiradas. Congratulou-se com a vinda do médico, reconhecendo que viera colmatar a baixa da Dr.ª Maria José esperando que recupere o mais rápido possível, para seu bem, e para o dos utentes que beneficiariam do serviço do médico recém – chegado. Deste modo continuará a existir a falta de um médico.

O Senhor Sebastião Mesquita afirmou que a atividade municipal "continua a pecar por falta de números". Estes surgem nas candidaturas, desaparecendo nas contratualizações, não conseguindo fazer-se uma avaliação. Especificamente, perguntou se a Câmara não tem técnicos de contabilidade, se não tem TOC, nem técnicos que procedam, mensalmente, à recuperação do IVA. Sobre a contratualização da vigilância ao Museu, disse existirem números que deveriam ser do nosso conhecimento. Achou o projeto de candidatura à Ecopista muito interessante, a conseguir-se executar por este valor. Não sabe se todos os Membros conhecem os acessos, os declives e inacessibilidade dos terrenos entre as Bateiras e a Ferradosa. Serão precisas pontes, colocação de estalactites na água que poderão colidir com o canal de navegabilidade do rio, o próprio

passeio a construir ocupará terrenos. Perguntou se já falaram com alguns proprietários de quintas, nomeadamente Sygmington e outros. Não querendo dizer que sejam donos do terreno junto à água, mas seria importante provocarem conversações antes de avançar com os projetos.

O Senhor Joaquim Monteiro perguntou quanto à "candidatura ao POISE: Programas de Estágios Profissionais PEPAL" se é uma outra candidatura ao PEPAL, pois pelo conhecimento que tem os estágios do PEPAL do ano passado, ainda não funcionam na totalidade, tendo sido aprovados sete estagiários. Relativamente à candidatura INTERREG, para a ecopista, considerou ser uma ótima ideia, esperando que se concretize. Discordou totalmente com o Senhor Vítor Tomé ao dizer não se dever realizar, por as Bateiras serem perto do Pinhão e as mais-valias se deslocarem para lá, não sendo território do concelho. As Bateiras são a entrada da Pesqueira, o necessário será a criação de sinergias para que as pessoas subam em direção ao concelho e gastem em Ervedosa, Soutelo, Nagoselo, sucessivamente. É uma ideia linda e de valor para o território do Município. As grandes empresas disse terem-se apropriado, indevidamente, da margem ribeirinha, esperando que a Câmara tenha coragem e força para lutar por esta candidatura.

A Senhora Maria Helena congratulou-se com a vinda do médico e dos esforços da Câmara para lhe garantir condições de fixação, reconhecendo a necessidade de técnicos de saúde no concelho. Pediu para que criem também condições aos docentes que substituem colegas que também saltam de Escola em Escola, por vezes por um mês, sem qualquer apoio. Reconheceu ser positivo o trabalho conseguido em articulação com o pelouro da cultura, deixando uma palavra de reconhecimento à equipa do CAST que, no dia 5 de fevereiro, apresentara, no Centro Escolar, um espetáculo muito interessante que agradara a toda a Comunidade Escolar.

O Senhor Presidente da Câmara iniciou o período de esclarecimento e resposta às perguntas colocadas. Disse ser transversal a todos a colocação do médico como uma mais-valia para o concelho. Tivera a preocupação de o acompanhar desde o dia em que chegara, tentando fazer-lhe notar que a Pesqueira, apesar de as vias de acesso não serem as melhores, não ser assim tão longe da sua terra. Quando veio, não seria para substituir a Dr.^a Maria José, mas para aumentar o quadro médico. Infelizmente, assim acontecera, esperando que se restabeleça o mais rápido possível. Respondendo ao Senhor Teófilo Anjos o problema não ficará resolvido, estando garantido mais um médico de família.

Ao Senhor Silva Fernandes e à Senhora Lourdes Marinho, sobre as atividades com a rede europeia anti pobreza, disse estar-se a trabalhar com várias Associações dessa rede, exercendo atividades transversais em vários territórios. O programa ainda não está definido e a implementação dessas atividades encontrar-se-á ainda em fase de estudo. Ao Senhor Paulo Bito e sobre a Zona Industrial não há nada mais a acrescentar. Ao Senhor Vítor Tomé disse não se querer comparar com Arouca, por serem realidades diferentes, territórios mais perto dos grandes centros e com outras apetências. Foram galardoados com prémios quer da Vindouro, quer do Museu, o trabalho tem sido reconhecido. Sobre as contratualizações, a Câmara tem-se preocupado na incentivação dos jovens da Pesqueira e na criação de firmas para prestação desses serviços. Acontecera o mesmo com a limpeza urbana que era feita por uma empresa de Matosinhos e agora é executada por pessoas da Pesqueira. Conseguiram que dinamizassem a sua empresa e com sede na Pesqueira. Podendo contratualizar-se serviços com empresas da terra, não recorrerão a empresas externas ao concelho. Sobre a ecopista e respondendo aos intervenientes que a ela se referiram, esses valores



encontram-se em fase de ideia, estando a candidatura, a seguir os procedimentos normais. Ficara satisfeito por terem sido escolhidos pela CIMDOURO como um concelho "chefe de fila", pela preocupação e trabalhos desenvolvidos na redução de carbono. Foram o Município escolhido para ser o representante da CIMDouro, nessa matéria. A ILUPUS Douro, empresa contratada para a remodelação do setor energético, enviara um documento que entregara à Mesa para consulta, onde refere o investimento de 186.819,46€ que faz com que acusemos uma poupança anual de 38.700,00€ por ano, além da redução assinalável em termos de toneladas de carbono. Sobre a preocupação apresentada dos muros e estradas, vamos fazendo o possível, tentando minimizar as dificuldades e resolvendo as mais prioritárias. Ao Senhor Sebastião Mesquita disse que deverá saber que a Câmara não recupera IVA, entendendo que se não se pode recuperar, também deviam estar isentos desse ónus. Para suprir essa situação recebera uma proposta da Deloitte, considerando-a uma das melhores empresas de consultadoria, que propusera fazer uma análise aos últimos anos do IVA pago. Conseguindo resultados positivos, retirarão uma percentagem do montante do IVA perdido, sendo esse o pagamento pelos serviços prestados. Aceitaram a proposta por não terem nada a perder, aguardando os resultados desses cálculos. Ao Senhor Joaquim Monteiro informou que o PEPAL fora aprovado só há meio ano. Em termos de programa, fora-o em novembro, a candidatura da especialidade e a candidatura do valor de financiamento, fora aprovada em fins dezembro. Só entraram em funções duas pessoas, os restantes iniciá-las-ão dia 29 do mês corrente. Quanto à ecopista, agradeceu as informações avançadas quando da sua intervenção, "conhece tal como eu as dificuldades que irão surgir, mas também a vontade que temos em que este projeto seja uma realidade". À Senhora Maria Helena agradeceu as palavras sobre o trabalho da Câmara, e aos elementos do CAST, transmitirá esse reconhecimento.

O Senhor Presidente da Assembleia aceitou inscrições para esclarecimentos dos Senhores Vítor Tomé, Joaquim Monteiro e António Froufe.

O Senhor Vítor Tomé fez o reparo de que o Presidente da Câmara desvalorizara o que o Senhor Silva Fernandes referira sobre a distinção dada ao concelho de Foz Coa pela Associação dos Municípios Portugueses do Vinho, contrapondo que as Associações "valem o que valem". Relativamente às entradas no Museu, nas festas da Vindouro, diz não conhecer o número de visitantes, bastando estar alguém a supervisionar a entrada para que afirmem valores. Não sabe porque o Município da Pesqueira "há-de fazer investimentos para que outros concelhos beneficiem, porque nenhum concelho à nossa volta faz investimentos para que nós beneficiemos". Custara-lhe a observação do Senhor Joaquim Monteiro, sempre que fala é para defender a freguesia dele, achando bem, nunca o vira, no entanto, defender que era necessário fazer obras em Soutelo e Nagoselo". O estudo para a ecopista fora feito um pouco no ar, a ser possível chegar à Ferradosa, só seria exequível com o triplo destes valores e talvez não chegasse. Achou ser uma miragem, defendeu que deveria ser construída a partir de Nagoselo ou Soutelo, e assim esse valor teria possibilidades de ser contemplado. "Em relação a muros e obras, este documento dá 10 a 0 ao resto do concelho." O Senhor Joaquim Monteiro não querendo ser maçador, mas "falando sobre o que ouvira agora, não reconhece no Senhor Vítor Tomé, para que em matéria de muros, dê 10 a 0. Desconhece a área do território e da freguesia. Passa lá de carro, e se calhar vai por Várzeas e Castanheiro, para não passar em Ervedosa". Acrescentou ainda, ter percorrido os terrenos com os engenheiros, logo a seguir às intempéries. Desconhece também o seu propósito, e qual o motivo de querer

tudo de Soutelo para cima, pensando que o Senhor Vítor Tomé esteja a pensar em algum negócio, convidando-o a ser empresário nas Bateiras. Sobre a classe médica colocada no Centro de Saúde, reconheceu que a atual equipa médica se encontra numa faixa etária dos 58 aos 60 anos, daqui a 4 anos, alguns irão para a aposentação, correndo o risco de termos menos médicos nessa altura. Preocupa-o esta situação, alertando para que se faça já um "trabalho de sapa", para que possamos ter o quadro mais ou menos preenchido.

O Senhor António Froufe reforçou o exposto pelo Senhor Joaquim Monteiro exemplificando que Sernancelhe tivera dificuldades iguais. Um médico estivera lá uma semana e fora embora. Daqui a três anos estaremos com problemas acrescidos, reconhecendo, que por enquanto ser só um médico que falta, daqui a três anos serão mais.

O Senhor Presidente da Câmara interveio para acrescentar que recentemente, estivera reunido com o Diretor do ACES, Dr. Rui Dionísio, que fizera questão de vir apresentar o médico recém-chegado, tendo aproveitado para o alertar para a preocupação existente com a colocação de mais médicos. A ARS também está alertada e conhecedora da nossa situação. Pessoalmente pensa ser um problema estrutural, esperando que em termos governamentais alterem essa posição.

Terminadas as intervenções o Senhor Presidente da Assembleia passou ao ponto 2 da Ordem de trabalhos.

Ponto 2 – Análise, discussão e votação da retificação ao Mapa de Pessoal para 2016.

Inscrevera-se para intervir a Senhora Lourdes Marinho.

A Senhora Lourdes Marinho disse não estar em causa o lugar, mas chamar a atenção para a correção de um pormenor, ou ser esclarecida caso esteja errada a sua interpretação. No mapa de pessoal, aprovado, para 2016 não existia a categoria de especialista de informática. Disse ter chegado à conclusão que irá ser provido um funcionário como Técnico Informático de Grau I – nível I, por tempo indeterminado. Nesse caso, entende terem de anular no mapa de pessoal aprovado, um posto de trabalho, por tempo indeterminado, de Técnico Informático grau 1 – nível 3. Caso isso não aconteça, corre-se o risco de autorizarmos agora dois postos de trabalho, o que não fora o aprovado para 2016.

O Senhor Presidente da Câmara esclareceu não se tratar de um novo concurso, mas uma mobilidade de quem está no serviço, ficando noutra grau, dentro da mesma carreira. Se subsistirem dúvidas pedirá para um técnico tentar explicar melhor.

O Senhor Presidente da Assembleia entendeu por bem, a presença do técnico, Dr. Paulo Tolda, tendo referido ser um esclarecimento global.

O Senhor Paulo Tolda explicou que quando da elaboração do mapa de pessoal para 2016 fora colocado um lugar para Técnico de Informática nível I grau III, a ideia seria proceder a uma mobilidade. Legalmente terá de ser feita inter-carreiras "a pessoa em causa cumpre os requisitos para fazer uma mobilidade inter-categorias, e na categoria não é possível, tem que ser na carreira. Assim sendo, tem que ser especialista de informática. O que se pretende não é acrescentar lugares, é substituir um lugar com uma designação para um lugar que está, para uma nova designação, que é especialista de informática".

A Senhora Lourdes Marinho pediu para corrigir e esclarecer o que fora dito, perguntando se podia interpelar diretamente do seu lugar na Mesa.



Autorizada a fazê-lo disse toda a gente saber o que é uma mobilidade, não sendo leiga nesse assunto, frisou a intenção de alteração de um lapso, mas estarem em causa os níveis, por terem capacitação salarial diferentes. Não pusera em causa a retificação, mas pedira para haver uma correção de pormenor ao mapa de pessoal. Confirmou a mobilidade de um técnico especialista de informática de grau I, nível I por tempo indeterminado. Nesse caso, continua a pedir a anulação no mapa aprovado com o G.O.P para 2016, de um posto de trabalho, por tempo indeterminado, de um técnico de informática de grau I nível III. Não sendo feita essa correção, o que acontecerá é estarmos a autorizar uma mobilização e a criação de um outro posto de trabalho. O Senhor dera a informação correta de que a categoria terá de ser de especialista de informática, está justificado, mas essa especificação não aparecera no Plano aprovado, daí continuar a pedir a devida correção ao mapa de pessoal.

O Senhor Presidente da Assembleia fez o ponto de situação dizendo que o ponto 2 reflete precisamente aquilo que a Senhora Lourdes Marinho está a acabar de dizer. Será então a alteração de um título para outro para permitir a mobilidade, perguntando ao Dr. Paulo Tolda se é assim. Confirmado, perguntou se alguém tinha dúvida. Não as havendo, colocou o ponto a votação, tendo sido aprovado por maioria, com as abstenções dos Senhores Silva Fernandes, Vítor Monteiro, Eduardo Coelho e das Senhoras Marcolina Sequeira, Anabela Pereira e Lurdes Veiga.

O Senhor Vítor Monteiro fez declaração de voto dos membros representados pelo PS, referindo a abstenção se dever às razões explanadas, quando da análise do mesmo no plano de investimento para 2016.

O Senhor Silva Fernandes justificou a sua abstenção por uma questão de coerência. Abstivera-se sobre este mesmo assunto na reunião de dezembro, por isso mantém a mesma postura.

O Senhor Presidente da Assembleia continuou os trabalhos passando ao ponto seguinte.

Ponto 3 – Análise, discussão e votação das Grandes Opções do Plano e Orçamento – 1.ª Revisão.

Abertas inscrições para intervenção, pediram para o fazer o Senhor Paulo Bito e a Senhora Lourdes Marinho.

O Senhor Paulo Bito não usou da palavra, pois reconheceu que tinha pedido a intervenção num *timing* errado, não tendo a ver com este ponto.

O Senhor Presidente da Assembleia procedeu à substituição da 2.ª Secretária, para poder fazer a sua intervenção.

A Senhora Lourdes Marinho começou por referir que, quando se analisa o documento, a parte apresentativa estar correta, mas ao debruçarmo-nos nos objetivos enquadrados, estes não serem de menosprezar. Disse estarmos perante um documento que ao mesmo tempo reflete uma revisão, uma alteração e uma inclusão. Poderão dizer que numa inclusão está implícita uma alteração e tal situação está prevista legalmente. Reconheceu com algum agrado que as observações que fizera, quando da discussão das Grandes Opções do Plano, tinham razão de ser, quando dissera haver verbas muito empolgadas, comparativamente às apresentadas no ano de 2015. Estas candidaturas deveriam ter sido referidas no Plano de Atividades para 2016, mas tem de se dar o benefício da dúvida, porque o Plano começa a ser elaborado em outubro e muitos destes projetos dependem do resultado das candidaturas e das ordens do Ministério dos Assuntos Parlamentares. A sua intervenção disse focar-se na página

4 no ponto 2.3 – Revisão do Plano Plurianual de Investimentos, nesse período referem a verba de 271.500,00€, mas na coluna “definido” do quadro, aparecer um total de 265.500,00€. Faz esta observação, não no sentido crítico destrutivo, mas por respeito ao Técnico que elaborou o trabalho que provavelmente, não se apercebera desse lapso e para que não fiquem arquivados documentos com défice de rigor técnico e com alguma dificuldade de análise. Diz ter ficado surpreendida com o reforço ao programa FINICIA. No ano de 2015 fora dotado com 50 mil euros e no de 2016 não se viu nada sobre ele. Agora pedem um reforço de 50 mil euros, dos quais 40 mil é para recrutamento de pessoal para novos postos de trabalho. Pediu para que a elucidem quanto a este objetivo, perguntando se o pessoal que tem trabalhado neste programa chega, ou não, e como funciona. Outras observações que gostava ver corrigidas. Na página 7, na grelha “resumo da despesa segundo classificação económica na coluna valor da aquisição de bens e serviços”, faltara a nota de menos 20.000€. No correspondente a despesa com pessoal, estar bem menos 30.000€, mas para perfazer num total de menos 50.000€, terão que colocar, menos 20.000€ em vez de 0,..€. Ainda no mesmo quadro, mas nas despesas de capital, coluna “valor inicial (dotações corrigidas) ” o total está errado. Conforme o apresentado, será de 5.044.487€ e não 4.346.887€. Talvez o erro se deva a que as transferências para as freguesias não podiam estar aí incluídas, pois no Orçamento, essa verba não faz parte das despesas de capital, estando separadas. Ao manterem-se essas dotações, o total geral dessa coluna serão 12.327.662,00€ e não 11.630.062,00€. Na coluna “orçamento corrigido” o total das despesas de capital também está errado sendo 5.094.487,00€ e não 4.396.887,00€. Lastimou ainda que com esta revisão tivessem ficado a perder as obras do armazém municipal, a eletrificação rural, a instalação da rede *wireless*, o Plano Diretor Municipal e os 50.000€ que devem ter sido repescados à Área de Revitalização Urbana. Os números são abstratos, uma coisa é verem-se as rúbricas e as categorias, e outra é analisá-las por objetivos. Na elaboração do orçamento deveria ter-se em atenção nas dotações a atribuir, por vezes são altas, para ações nas quais se poderia poupar e criar um Fundo de Apoio Municipal para suprir estas faltas. Às candidaturas ninguém tem coragem de dizer não, sendo necessário serem previstas com antecedência.

O Senhor Presidente da Câmara respondeu que o orçamento não vai sofrer aumentos, nem diminuições. Não tínhamos informação sobre a abertura das candidaturas, aparecera agora, tenta-se inseri-las no Plano por as considerarmos importantes e podermos apostar nelas. Reflete-se neste documento de revisão o necessário para nos podermos candidatar. A Senhora Lourdes Marinho fez um trabalho que acho relevante, muito técnico que não conseguira acompanhar. Só chamando novamente o Técnico para demonstrar, ou perceber o que a Senhora Lourdes Marinho referiu ao cêntimo.

O Senhor Presidente da Assembleia disse ter ficado preocupado, a ser verdade, o que a digníssima colega de Mesa explanou. Não conseguira acompanhar o raciocínio, não sendo propriamente numa reunião de Assembleia que conseguirá fazê-lo, uma vez ter que redigir trabalhos, não conseguindo seguir todos os pormenores. Disse ser de todo conveniente que dúvidas desta natureza, que põem em causa a legitimidade do funcionamento de um Executivo, fossem previamente discutidas com um técnico dos serviços para que as dúvidas de hoje pudessem ser certezas. O Senhor Presidente da Câmara tem toda a razão, vamos pedir a ajuda de um Técnico, por ser uma matéria extremamente específica.

A Senhora Lourdes Marinho pediu a palavra e como é óbvio não lha vou tirar, porque faço o mesmo aos outros.



A Senhora Lourdes Marinho disse não estar a colocar ninguém em causa. O facto é que os documentos são para ser estudados com seriedade e com tempo. Realmente, não há possibilidade temporal para se trocar impressões com o técnico e este ser o local para discussão. Confia na competência do técnico, estando há pouco tempo a executar estas funções, modificara para melhor o rigor e a apresentação dos documentos. Diz fazer contas, sendo fácil os Senhores que têm o documento na mão também as fazerem, bastando pegar num lápis e somar. Nas despesas de capital de valor inicial, a conta está mal, não sendo 4.346.887€ mas sim 5044.487€, e nas despesas de capital de orçamento corrigido, não são 4.396.887€, mas sim 5.094.487€. Logo os totais gerais, também não corresponderão ao apresentado. Chamou a atenção, por ser sua obrigação. Quando vem para as reuniões não tem por costume falar de cor, nem que um dia lhe deitem culpas daquilo que acontecera, querendo manter a neutralidade com que entrara "aquela porta", querendo sair da mesma forma. Com a ideia de que fora eleita numa lista vencedora, esse direito concede-lhe o dever de defender os cidadãos do concelho, não estando aqui para agradar e passar por cima da sua consciência de cidadã eleita. Se não a acompanharam no seu raciocínio, fora porque não o quiseram fazer. Acrescentou que se os outros Membros não fizeram o trabalho, cada um saberá das suas possibilidades. Dirigindo-se ao Senhor Presidente disse não admitir que desconfiem da sua palavra. Tem muita consideração pelo Senhor e por muita gente aqui presente. Tivera tempo para se debruçar na análise dos documentos, porque infelizmente aos domingos está sozinha em casa a tomar conta de duas pessoas que não falam consigo o dia todo, por incapacidades de o fazer, por isso analisara ponto por ponto. Se desconfiasse de alguém, deixaria seguir o erro, querem fazer passar a impressão de que vim para aqui duvidar das suas boas intenções. O Senhor Presidente preocupou-se em dizer que não seguira o meu raciocínio pedindo a intervenção do Técnico, deixando sem resposta à única pergunta que lhe fizera sobre a inclusão do projeto FINICIA nesta revisão.

O Técnico Paulo Tolda esclareceu que a revisão tivera de se realizar, para incluir, por ser obrigatório em PPI, três candidaturas submetidas pela Câmara, a fim de que possam ser analisadas e aprovadas pelas entidades. O orçamento fora feito em outubro, desconhecendo-se a existência destas candidaturas. Não haverá aumentos na receita, nem na despesa, mas uma troca de prioridades do Executivo em relação a medidas que poderão não abrir este ano, para medidas que abriram efetivamente. O FINICIA foi introduzido nesta revisão por "preciosismo", estando já refletido no PAM, tendo uma classificação económica que tem a ver com subsídios, transferências para entidades envolvidas. Uma delas a Caixa Agrícola e a Norgarante, que tiveram uma fase em que demoravam muito na apreciação dos processos, por estarem sem rácios de capital. Para se conseguir o andamento mais rápido dos mesmos, previa-se ser necessário aumentar a dotação do FINICIA. Este programa constitui-se como empréstimos sem juros a quem criar postos de trabalho. Foi feito o aumento do reforço, indo buscar à rubrica (daqui a questão dos postos de trabalho a recrutar). Os concursos ainda não vão abrir, possivelmente já não se irá utilizar essa rubrica para apoio a investimento de empreendedorismo. A metodologia aplicada foi de "enquanto não estiver aprovado o programa fazer-se a previsão dos 15% da Câmara, uma vez que 85% provêm de fundos comunitários.

A Senhora Lourdes Marinho interrompeu dizendo que as receitas são consignadas, o que significa não necessitar que o Senhor Paulo Tolda venha perder tempo consigo, por não ter dúvidas quanto ao que expusera, fazendo chegar os dados para que os valores possam ser corrigidos.

O Senhor Presidente da Assembleia disse que as palavras e a sua interpretação valem o que valem. Ninguém pretende atacar, estando a defender-se interesses comuns. Estamos a discuti-los e a analisá-los, quando lhe dizem que uma conta está errada necessita de explicação. Tem sérias dúvidas, porque normalmente são mapas em Excel, sendo possível que haja erro, pelo que chamaria o Senhor Paulo Tolda para elucidação desses possíveis lapsos.

O Senhor Presidente da Câmara pediu para intervir dizendo que nunca fora intenção dizer à Senhora Lourdes Marinho estar a duvidar, mas ficara baralhado, não conseguindo acompanhar a forma como fora explanado, porque nesta fase o que está em questão é a alteração do orçamento relativamente às candidaturas que apareceram. Ficara com dúvidas e sem saber como explicar. Quanto ao FINICIA é um programa implantado há uns anos, tendo por objetivo tentar arranjar valores mais confortáveis para as entidades e empresas. Inicialmente falava-se através da CIM. Uma das primeiras Câmaras a avançar fora a da Pesqueira, sendo um programa composto pela Câmara, por uma instituição financeira e uma empresa de garantia que é a Nordentregue. A Câmara pode emprestar a fundo perdido um certo montante, dependendo do teor e abrangência do projeto. Com a aprovação, essa receita passará para o Orçamento.

O Senhor Presidente da Assembleia disse ao Senhor Paulo Tolda, que a Senhora Lourdes Marinho considera não ter respondido ainda aos erros nas contas por ela apresentados.

O Senhor Joaquim Monteiro disse que a Senhora Maria de Lourdes está totalmente equivocada, estivera tantos anos na Câmara, devendo saber o que é realmente uma revisão orçamental. Diz ser impossível haver engano, gostava que o Doutor explicasse o que é uma revisão, esta será a primeira e oxalá que hajam mais, sendo sinal da existência de candidaturas e possíveis obras novas.

O Senhor Paulo Tolda percebeu a dúvida, admitindo "falta um campo que deve dizer menos 20 mil euros". As contas diz estarem bem-feitas "porque o orçamento no final vai dar igual, não pode ter aumentos, nem diminuições, porque não houve acrescentos". "Isto é feito em Excel é possível haver algum lapso e enganarmo-nos". Respondendo ao Senhor Joaquim Monteiro disse que a Revisão orçamental está definida no POCAL, acontecendo que sempre que o orçamento aumente, diminua, ou haja inclusão de novos projetos terá de haver revisões. Este ano teremos uma outra que é a inclusão do saldo de gerência reportada a 31 de dezembro, sendo o que transita para a gerência seguinte. "Caso exista um lapso de soma de algum valor, foi um lapso técnico de erro, não tendo nada a ver, porque o orçamento está equilibrado." Disse terem feito um bom exercício de gestão, gastando menos na despesa corrente e gastando mais na despesa de capital. Se houver um lapso de somas esse erro fora nosso ao somar.

O Senhor Presidente da Assembleia passou a palavra solicitada pelo Senhor Fernando Pereira que disse ter percebido a Senhora Maria de Lourdes. Ela fez a conta das somas referentes às despesas de capital e essa soma dá um valor de 5 milhões e qualquer coisa e aqui constam 4.346.887€. Quer dizer ter havido um erro de importações de dados, fazendo um desfasamento de valores. Não está a pôr em causa mais nada. O que está refletido não está correto porque vamos ter um total geral de 12 milhões e tal, quando aqui é apresentado um total de 11.630.062. Isto é feito em Excel, um arrastar de célula menos atento, dá origem a isto sendo só essa a questão.

O Senhor Paulo Tolda respondeu que "houve uma duplicação, se calhar".



O Senhor Fernando Pereira completa a sua intervenção dizendo ser só uma questão de retificação, porque a soma das parcelas não condiz com o apresentado no quadro, presumindo que seja única e exclusivamente erro de cálculo de folhas de Excel.

O Senhor Silva Fernandes disse pensar estar resolvido o problema, agradecendo ao Senhor Fernando Pereira por ter esclarecido o que estava na dúvida. A Senhora Lourdes Marinho colocou três questões diferentes: uma foi sobre o FINICIA, outra a diferença dos 20 mil euros na coluna "valor", e a terceira alertou para erros nas somas. O Dr. Paulo Tolda e o Senhor Fernando Pereira já explicaram, e quanto a ele está completamente esclarecido "há erros objetivos". A Senhora Lourdes Marinho pediu a palavra para responder ao Senhor Joaquim Monteiro que não está nesta Assembleia para que lhe passe um diploma de menoridade, nem de incapacidade. Tem o valor que tem, não se fazendo mais esperta que ninguém, sabe bem o que é uma revisão orçamental e quando é oportuno fazê-la. É apologista do progresso e não do retrocesso e que isto fique bem frisado perante as forças políticas com assento nesta Assembleia. Se os Senhores quiserem façam favor de seguir rapidamente o seu raciocínio.

O Senhor Presidente interrompeu para dizer que o erro já fora admitido.

A Senhora Lourdes Marinho continuou dizendo que só pedira para que fosse corrigido. Estão a fazer uma batalha num campo sem ninguém. Achou que cumprira a sua obrigação, para que um dia, nem o Executivo, nem a Assembleia fiquem mal vistos, perante o fato de este mapa apresentar contas erradas. Considerou qualquer um de nós poder errar, mais complicado será não se querer admitir que se errou.

O Senhor Presidente da Assembleia colocou a votação o ponto analisado, tendo sido aprovado por maioria com os votos contra do Senhor Eduardo Coelho. Abstiveram-se os Senhores Sebastião Mesquita, Vítor Tomé, Jorge Andrade e Senhoras Marcolina Sequeira e Lurdes Veiga. Registou a declaração de voto do Senhor Sebastião Mesquita que declarou ter sido uma revisão e alteração a um plano feitos em cima do joelho e ser lamentável que o Senhor Presidente da Câmara não trouxesse um resumo do que fizera com o Técnico, na elaboração desta revisão para nos esclarecer. Sobre as contas, o documento não deveria vir com erros, mas só quem não faz as coisas é que não erra.

O Senhor Vítor Monteiro fez declaração de voto pelos dois elementos do PS, referindo que o voto a favor deveu-se ao facto de as candidaturas, que originaram esta alteração, dizerem respeito a obras de grande importância para o concelho.

O Senhor António Froufe disse ter-se absterido porque também fora a sua intenção de voto na aprovação das Grandes Opções do Plano para 2016, na reunião de dezembro.

O Senhor Presidente passou ao ponto seguinte convidando o Senhor Presidente da Câmara para esclarecimentos.

PONTO 4 - Análise, discussão e votação da Proposta de Suspensão Parcial do Plano Diretor Municipal de São João da Pesqueira.

O Senhor Presidente da Câmara disse aguardar as perguntas e tentando responder no final.

Solicitaram pedido para intervenção a Senhora Lourdes Marinho e os Senhores Vítor Monteiro e Vítor Tomé.



A Senhora Lourdes Marinho disse que perante a documentação enviada, haver dois assuntos a analisar e votar. Um, será a suspensão parcial do Plano Diretor Municipal, outro o alargamento da zona industrial, estando implícitas e conjugarem-se. O PDM pode suspender-se quanto ao alargamento, outras entidades com responsabilidades e conhecimentos técnicos/legais deram o aval. As dúvidas que gostaria lhe fossem esclarecidas, prendem-se com as seguintes situações:

- Ao analisar o ortofotomapa enviado, nota-se bem que o espaço pretendido para o alargamento da zona industrial se localiza numa zona agrícola, com videiras, junto a um local urbanizado, entendendo-se que os proprietários irão negociá-lo por uma quantia avultada. A Câmara irá comprar esses terrenos, ou poderá ir para a expropriação dos mesmos?
- Dada a existência de infraestruturas na zona industrial, e caso a Câmara adquira terrenos, os ramais de derivação, para os lotes serão da competência da Câmara, ou os interessados que os adquiram, irão fazê-los a expensas próprias?

O Senhor Vítor Monteiro disse que este assunto vem dar razão ao que sempre alertara, à falta de um plano estratégico de desenvolvimento do concelho e também ao facto de na idealização de obras, projetarem-nas não para o amanhã, mas para hoje. Há anos, quando falara na variante, com acesso à zona industrial, dissera que nem aquele espaço era uma zona industrial, nem o acesso era para servir essa estrutura. No seu ponto de vista, era um espaço criado por meia dúzia de empresas que lá existiam, sendo o acesso relativamente estreito. Embora uma zona industrial seja um ponto de desenvolvimento do concelho, a verdade é que a zona a ampliar fica muito exposta e virada para uma entrada da vila. Será um postal turístico ao contrário do que se pretenderá. Perguntou se não seria possível passar para o outro lado da estrada, ampliando-se no plano da atual zona industrial agora.

O Senhor Vítor Tomé iniciou a sua intervenção dizendo estar mal a localização escolhida para alargamento da zona industrial. Justificou a sua afirmação por se tratar de uma zona privilegiada para a construção de vivendas. Na zona vizinha foram vendidos os lotes mais caros, encontrando-se construídas uma série de vivendas. Se vivesse naquele lugar não ficaria nada contente que lhe aparecesse ao lado, uma fábrica ou coisa do género. No lado da zona industrial, existem terrenos com vinhas que serviriam perfeitamente para o alargamento, ficando escondida e não à vista. Pusera-se em causa a escolha do local, tendo sido necessário pedir um aditamento ao PDM, para o lado contrário, o procedimento seria igual. Se a ideia será alargar a zona industrial esse terreno, provavelmente já fora adquirido, ou primeiro valorizar-se e depois é que se irá comprar? Deveria, na sua opinião, ter sido adquirido e o PDM ser revisto à posteriori.

O Senhor Presidente passou a elucidar os intervenientes dizendo ao Senhor Vítor Tomé haver um lapso, por não se tratar de uma alteração, mas sim uma suspensão parcial do PDM que fora instituído desde 1994. Dada a possibilidade de apresentação da candidatura, em cima da hora, e tendo a Câmara necessidade de ampliar a atual zona industrial, acionaram procedimentos para que tal se pudesse efetivar. Fizera-se o levantamento técnico da zona envolvente, enviara-se quer às entidades que fazem a gestão do nosso território, quer à CCDR e os pareceres foram favoráveis. O território em causa não entra muito na área visual da mancha urbana da Pesqueira, em termos de custo, é uma zona muito mais económica, pois já existem as infraestruturas necessárias e os acessos. Duplicámos a área de circulação de viaturas. A estrada hoje tem 6 metros de largura. Sobre a aquisição dos terrenos para ampliação, respondeu à

Senhora Lourdes Marinho que a Câmara ainda não adquirira nada, não querendo dizer que por a zona estar já identificada, para um futuro aumento, a Câmara vá já comprá-la. Neste momento, estão a trabalhar para que a candidatura seja aprovada, depois passar-se-á à fase seguinte. Caso seja necessário avançar-se com o loteamento, os preços serão os do mercado. Caso não se consiga, teremos sempre uma forma jurídica de aquisição, por se tratar de bens para benefício público.

O Senhor Vítor Tomé pediu para intervir, afirmando ter lido num documento da Câmara que a procura de lotes, na zona industrial existente, fora superior aos disponíveis, daí pretenderem candidatar-se à ampliação daquele espaço. O Senhor Presidente diz que só adquirirão os terrenos, depois da aprovação da candidatura. Há necessidade de lotes, há uma candidatura, não seria anormal que a Câmara tivesse já adquirido os terrenos, mas sim uma mais-valia. As zonas industriais são polos de desenvolvimento locais e a fazerem uma candidatura que seja para uma nova zona industrial.

O Senhor Vítor Monteiro diz que não obtivera resposta ao que questionara, por isso a sua insistência, pois a sua intenção é ser informado. Fizera referência à localização dos terrenos pretendidos para ampliação, e se teria havido o estudo bem pensado da localização da zona em causa.

O Senhor Presidente da Câmara respondeu que a zona que referira a Sul pertence à REN e não permitiam fazê-lo. Por isso dissera que dos espaços disponíveis, este ser o único enquadrável. Quanto ao negócio, entende "que por comprar já, não querer dizer que se compre melhor".

Finalizados os esclarecimentos, o Senhor Presidente da Assembleia colocou o ponto de trabalho a votação, tendo sido aprovado por maioria com a abstenção do Senhor Vítor Tomé.

O Senhor Vítor Tomé apresentou declaração de voto, dizendo não ser contra o alargamento da zona industrial, não concordando com a localização da mesma.

O Senhor Presidente da Assembleia passou à apresentação do ponto 5.

PONTO 5 - Análise, discussão e votação sobre a participação em 50% do Município na Constituição de uma Associação Sem Fins Lucrativos para a Promoção e Desenvolvimento do Concelho.

Antes de dar início à discussão do ponto esclareceu que "à semelhança do que se passa com as sociedades unipessoais, o Presidente da Assembleia Municipal, ao abrigo da alínea e) do art.º 6º, do n.º1 do Regimento da Assembleia, convidara o Diretor da ESPRODOURO, para estar presente e responder ao que for pertinente".

Passou a palavra ao Senhor Presidente da Câmara que referiu ser um ponto do conhecimento geral e como é norma, em vez de tentar explicar, quando houver dúvidas esclarecê-las-á.

O Senhor Sebastião Mesquita fez o reparo, dizendo haver duas redações do ponto "análise discussão e votação" e depois uma "constituição".

O Senhor Presidente da Assembleia admitiu a correção, passando à recolha de inscrições para intervenção das senhoras Marcolina Sequeira e Lourdes Marinho e dos senhores Vítor Monteiro, Vítor Tomé, Silva Fernandes, Norberto Vieira, Sebastião Mesquita, Fernando Pereira, Paulo Bito e Joaquim Monteiro.

A Senhora Marcolina Sequeira disse que a dúvida do Senhor Sebastião Mesquita ser também a sua. Discutirão então conforme a ordem de trabalhos explanada na convocatória de 15-02-2016 – análise, discussão e votação sobre a participação em 50% do Município na Constituição de uma Associação para a promoção e desenvolvimento do concelho e como documento de estudo a este

ponto, uns Estatutos para uma Associação de Desenvolvimento Local e Turístico de S. João da Pesqueira. Em nenhum dos artigos que compõem esse estatuto vira referenciado a participação da Câmara Municipal em 50%.

O Presidente da Assembleia Municipal refere que o ponto a discutir não necessitava do acompanhamento dos Estatutos. O Executivo fizera questão do envio dos Estatutos, o que vai "muito além" do que irá ser discutido, que é essencialmente, a participação da Câmara em 50% numa Associação.

A Senhora Marcolina Sequeira acrescentou para confirmação que então não se irão discutir os Estatutos.

O Senhor Presidente da Assembleia disse que os Estatutos são uma proposta e que o notário terá de considerar quando do registo da Associação.

A Senhora Marcolina Sequeira entendeu suspender a sua intervenção, para refletir, fazendo-o mais tarde.

O Senhor Presidente passou a palavra à Senhora Lourdes Marinho que começou por salientar a sua admiração no envio da documentação de apoio a este ponto. Uma certidão de ata da reunião de Executivo que na primeira página, refere uma aprovação por maioria, para criação de uma Associação com a participação em 50% do Município. Esse extrato de ata, refere as abstenções, com declaração de votos dos Vereadores eleitos pelo movimento independente do PNT. Passada a segunda página, e na continuação dessa declaração de voto, justificam essa abstenção, referindo a ESPRODOURO/ASDOURO e "contornos de alguma gravidade" relacionados, com a Escola Profissional. Colocam também em dúvida a verdadeira razão da criação desta Associação para promoção e desenvolvimento do concelho, interrogando-se sobre a posição da ASDOURO neste processo. Intrigada já com a certidão referida, mais espantada ficara com o documento anexo de Estatutos para uma Associação de desenvolvimento local e turístico de S. João da Pesqueira que ainda não fora criada e que não competia à Assembleia analisar. Em nenhum dos artigos, reconheceu quem eram os fundadores da Associação, nem o compromisso da entrada da Câmara com 50%, nem a valorização que iria ter a ESPRODOURO com esta Associação, pois também em nenhum artigo estava salvaguardada. Gostaria depois de fazer algumas perguntas ao Senhor Presidente da Assembleia, mas respondendo-lhe da bancada, como Diretor da ESPRODOURO. Fazendo um pouco do historial conhecido da ESPRODOURO, referiu ter sido criada pela Associação ASDOURO, fundada pela Câmara Municipal e a Caixa Agrícola. Mais tarde, e quando o Ministério da Educação criou a figura "Associação de Pais" e os incluiu em todas as Escolas, a ASDOURO incluiu a Comissão de Pais como parceira, servindo só para criar uma interligação da Escola/Família na construção de uma dinâmica ambiente Escolar/ familiar, e não com o objetivos de que a Comissão de Pais fosse injetar capital na ASDOURO. Nunca se soubera que algum membro dessa Comissão fosse mecenas, e que algumas verbas tivessem sido introduzidas, através da Comissão de Pais, na Associação, através dessa mais valia. Nos primeiros meses de atividade da Escola Profissional, após a criação, o Estado não disponibilizara verbas. Os professores colocados por contrato, e não por concurso público, foram remuneradas pela ASDOURO, sendo as folhas de vencimento assinadas pelo Presidente da Câmara. A situação modificara-se quando o Ministério da Educação assumiu o pagamento aos professores, não sabendo se na totalidade, porque há muito que não acompanha esse processo, desconhecendo qual o procedimento atual. A ESPRODOURO tivera várias direções, umas melhores outras piores, como em qualquer outra instituição. Soubera, através do Senhor Professor Jorge, o ano passado, que a Escola profissional estava a ser alvo de uma auditoria. Pressupõe-se que após o regresso

à Escola, como Diretor, o Senhor Professor Jorge tivesse visto algo de grave e fosse o próprio a solicitar esse procedimento. Perguntou quais os resultados dessa investigação, qual a supervisão da ASDOURO à Escola Profissional e o porquê de terem consentido que a Escola chegasse a este descabro. Quem não cumprira? A Câmara ou a Caixa Agrícola, porque a Comissão de Pais não tem capital para aplicar no funcionamento da Escola. Acrescentou levá-la a concluir que o mal não estará só no erro, mas na sua persistência e os responsáveis serão a Escola Profissional e a ASDOURO. A Escola Profissional funciona nos antigos edifícios da Escola primária e da Cantina Escolar, propriedade, na época, do Ministério da Educação. Mais tarde esses edifícios passaram para o Património da Câmara. Conforme deliberação e aprovação, por unanimidade, em ata do Executivo n.º26/2015, de 17 de dezembro de 2015 surge a doação da Escola Profissional à ASDOURO. Quando da discussão das G.O.P para 2016, dissera ter ficado surpreendida com a dotação de 32 mil euros, para requalificação da Escola Profissional, pela explicação dada na ata do Executivo, já referida (n.º26/2015), chegara à conclusão de que o que a tinha admirado, até seria pouco, pois precisariam de muito mais, não para requalificação, mas sim para pagamento de dívidas à Caixa Agrícola. Gostaria que lhe respondessem e que a corrigissem caso tivesse dito algum erro. Perguntou quem custeara as obras de beneficiação e ampliação do Edifício. Só a Câmara, a Câmara e a Caixa Agrícola, o Estado ou alguma candidatura? Sobre o ponto em análise, achou completamente desfasada a nomenclatura da Associação, reforçando que se existe há anos, um gabinete de turismo, com pessoal destacado para esse serviço, alguns já no quadro, uma loja de turismo recentemente inaugurada, e a funcionar, referirem a palavra "turístico" no nome dessa Associação. Se esta Associação interessar para salvar a ESPRODOURO, está de acordo, com a palavra "turístico" não. Deixou uma sugestão que necessitaria de estudo, caso a considerem válida. O chamado Plano de Dinamização de Investimentos de Proximidade, decorrente dos Pactos para o Desenvolvimento e Coesão Territoriais, assinados com as CIM, elencando investimentos a gerir pelos municípios, em áreas de equipamentos sociais, infraestruturas de saúde, educação e cultura. Pede para estudarem esta possibilidade para salvar a ESPRODOURO, através desse Plano, em vez de andarem a criar mais Associações. Disse não ter achado favorável a doação do edifício à Associação ASDOURO, porque lhe fizera lembrar o episódio do edifício sede da Casa do Douro. Todos pretendem as sedes, quando estão edificadas em zonas nobres das povoações. Nunca acreditara na benevolência das instituições bancárias, chegando já a duvidar da participação da Caixa Agrícola como promotora da ASDOURO, levando-a a pensar que só a Câmara cumprira a sua missão, ou então o descabro já terá atingido proporções muito altas. Gostaria que o Senhor Presidente da Assembleia se sentasse na plateia e lhe respondesse como Diretor da ESPRODOURO.

O Senhor Presidente da Assembleia passou a palavra ao interveniente seguinte. O Senhor Vítor Monteiro diz que ao ler os documentos enviados sobre este ponto, esperava que lhe enviassem considerandos para a criação da Associação em causa, e não uns Estatutos. Tal como a Senhora Marcolina Sequeira referira, ficara baralhado, pensando no que teriam a ver os Estatutos apresentados. Por princípio diz ser sempre a favor de criação de associações, ou de outros "mecanismos" que visem o desenvolvimento e divulgação do concelho. Neste caso, não sendo dada uma boa explicação, o seu voto, será contra.

O Senhor Vítor Tomé ficara também perplexo, por ser apresentado um ponto, para o qual tenhamos de adivinhar o seu efeito. Notou falta de transparência,



alguns malabarismos. Os Estatutos não serão discutidos, por não se poder pronunciar sobre os mesmos. Ficara a saber agora, pela intervenção da Senhora Lourdes Marinho e pela ata do Executivo, na qual os vereadores da oposição falaram também sobre o mesmo, tratar-se de um assunto ligado à ESPRODOURO. Da Escola Profissional (ESPRODOURO), reconheceu ser um pólo de desenvolvimento local, necessitando de ajuda sempre que necessário, tendo de haver uma comissão de fiscalização para que não chegue a situações desta natureza, notando que o assunto a debater não será então a criação de uma Associação conforme o apontado no ponto 5.

O Senhor Silva Fernandes esclareceu que as dúvidas que tivera, quando da receção dos documentos, não têm nada a ver com o que ouvira. No dia 15 de fevereiro o Senhor Presidente da Assembleia emitira a convocatória com a Ordem de Trabalhos, sem a documentação de suporte para este ponto. Endereçara uma carta ao Senhor Presidente da Assembleia, para que o retirasse da agenda de trabalhos, por não ter sido enviada qualquer informação para análise. Dia 23 à noite recebeu a restante documentação com os Estatutos, não percebendo a sua inclusão, por não fazer qualquer sentido. Reconheceu que dia 15 o Senhor Presidente da Assembleia não enviara a documentação, porque o despacho da Câmara é do dia 22 de fevereiro. A emissão à convocatória do dia 15 com documentação base para discussão do ponto 5, rececionara-a dia 23. Conforme a redação do ponto, interroga-se se é para análise, discussão e votação ou apenas para dar conhecimento da Constituição de uma Associação com a participação de 50 % da Câmara. Pela intervenção da Senhora Maria de Lourdes, e pela posição dos vereadores da oposição, na ata do Executivo, ao abordarem a ESPRODOURO, verificara tudo isto ser uma grande trapalhada. A reunião de Câmara fora em 11 de fevereiro. Os Senhores Vereadores Manuel Cordeiro e José Luís Rodrigues afirmam ter recebido a documentação de suporte dia 5 de fevereiro. Entre estes dias, não há um dia útil, como é afirmado, mas três. A certidão da ata da reunião de 11 de fevereiro fora enviada aos Membros da Assembleia com data de 22 de fevereiro. Na melhor das hipóteses fora recebida dia 23, restando 2 dias úteis para que os Membros da Assembleia se dedicassem à análise desta proposta. "Se três dias úteis é tempo insuficiente para que um Vereador do Executivo estude e avalie uma proposta, como poderá aceitar-se que em 2 dias, um Membro da Assembleia, tenha possibilidade de o fazer conscientemente", interrogou. A certidão disse ser reveladora de eventuais situações, tanto ou mais graves das já referidas. A declaração de voto dos senhores vereadores Manuel Cordeiro e José Luís Rodrigues é preocupante, e da maior gravidade, porque denunciam haver tratamento discriminatório na tomada de conhecimento dos assuntos que a todos diz respeito. Deveriam, contudo, referir o que entendem por "antecedência razoável" devendo regulamentar essas antecedência. Denunciam a "má prática" da maioria no Executivo, ao tratar os assuntos da Autarquia "com ligeireza e secretismo", admitindo que as "propostas com alguma complexidade, serem apresentadas em cima da hora" refletindo uma atitude deliberada ou intencional. Referem ainda os Senhores vereadores, na sua declaração de voto, o dossiê ESPRODOURO/ASDOURO. Não entendera o porquê desse dossiê ser focado, numa certidão em que o assunto a versar seria "parecer sobre a participação em 50% do Município na constituição de uma Associação, sem fins lucrativos para a promoção do concelho". Impõe-se também saber o que terá a ver a proposta de Estatutos para a criação de uma Associação denominada Associação de Desenvolvimento Local e Turístico de S. João da Pesqueira com a ESPRODOURO/ASDOURO, quando não há qualquer referência a essa entidade,

A

na documentação que fora entregue. Para além dessa questão, também saber se esta Assembleia estará a ser vítima do secretismo ou da ligeireza, com que são tratados pelo Executivo, conforme a opinião dos senhores vereadores, os assuntos que dizem respeito a todos os munícipes. Assim sendo, encontramos perante um afrontamento aos direitos de informação a esta Assembleia por parte do Executivo, não podendo a mesma exercer uma das funções, a que está legalmente obrigada, por dever da fiscalização da atividade do Executivo. "Para além de na declaração de voto, dos Senhores Vereadores Manuel Cordeiro e José Luís Rodrigues, acrescentarem também, algumas dúvidas, sobre a Associação ASDOURO que, pela sua especificidade, importância e gravidade deverão, separadamente, ser objeto de apreciação e análise por esta Assembleia."

O Senhor Fernando Pereira interveio para dizer que o ideal seria o Senhor Presidente fazer uma breve apresentação do assunto, esclarecendo a Assembleia de forma a que as dúvidas sejam dissipadas e que se possa debater este ponto, com algum conhecimento de causa.

O Senhor Presidente da Câmara aceitou a sugestão, transmitindo que a sua preocupação não é o secretismo, por não ter por sistema sonegar informação, mas sim preocupar-se com a resolução dos problemas. Neste momento ou se faz algo imediatamente, ou não se fazendo nada, a ESPRODOURO/ASDOURO entra em insolvência, e a culpa será nossa, por entender termos de salvaguardar as nossas instituições, deixando-nos de demagogias. Quando lhes têm pedido ajuda, têm tentado resolver da melhor forma possível, tendo delegado funções nas pessoas com intervenção válida e concreta naquele espaço educativo. Quando a ASDOURO, composta por três entidades, e não por duas, com participação idêntica e responsáveis no mesmo grau, Câmara, Caixa Agrícola e Associação de Pais, reunira várias vezes, nas quais estivera presente, constatando dificuldades com auditorias e várias situações, chegaram à conclusão que a Câmara e a Caixa Agrícola teriam de ajudar, procurando uma solução que levasse à não insolvência. Como a Câmara não tem fundos económicos para injetar na Associação, sugerira à Caixa Agrícola que a Câmara participaria com o Património, dado estar a ser utilizado pela Escola. Acharam ser uma boa solução doarem o edifício, contribuindo a Caixa Agrícola com a mesma percentagem em numerário. Chegados a esse consenso, a proposta foi levada a reunião do Executivo, tendo sido aceite por unanimidade. Como o valor do edifício não ultrapassava, mil vezes o indexante, que no momento é do valor de 530 mil euros, seria o bastante para resolução do problema. Havia, no entanto, o terceiro sócio, a Associação de Pais que iria ter 33,3% do valor injetado na ASDOURO. Esta nossa preocupação fora estudada pelos juristas, quer da Câmara, quer da Caixa Agrícola, chegando à conclusão de estarmos a colocar capital e Património na ESPRODOURO/ASDOURO que não ficaria salvaguardado para as duas entidades empenhadas na solução. Todo o valor recairia na ASDOURO e a associação de Pais, de "mão beijada", sem qualquer compromisso assumido, beneficiaria de 33.3%, prejudicando cada uma das outras duas entidades em 16.6%. Surgiu daí a ideia da constituição da Associação com a participação da Câmara em 50%, apresentada no Ponto 5, desta reunião. O envio dos Estatutos foi, por questão de transparência, verificarem que esta nova Associação, só seria formada por dois sócios, podendo haver a admissão de novos sócios, com autorização unânime dos sócios fundadores. As decisões terão de ser coletivas e nunca só da competência da Câmara, ou da Caixa Agrícola. Afirmou que a doação do edifício da Escola Profissional fora autorizada por todo o Executivo, em reunião de Câmara, não tendo sido ainda efetivada, estando o

Património garantido. Darão seguimento a esse procedimento, se forem salvaguardados os interesses quer da Câmara, quer da Caixa Agrícola.

O Senhor Norberto Vieira pediu para intervir dizendo que se sentira ultrapassado. Estivera reunido com os Senhores Presidente da Câmara e Presidente da Assembleia, tendo ficado estipulado ser o Senhor Presidente o primeiro a intervir, explicando o que se passava. Procedera com a Assembleia da mesma forma que o fizera na reunião do Executivo, com os Senhores Vereadores da oposição. Finalmente, não o tendo feito, deixara que todos intervissem, apresentando as suas dúvidas, tendo sido necessário que o Senhor Fernando Pereira intervisse e focasse o assunto para que o Senhor Presidente atuasse. Não seria necessário chegar-se a este ponto. Sempre se chegara a consensos quando tivemos que intervir, fizeram-no no salvamento da Cooperativa de Ervedosa, da do Castanheiro e dos Bombeiros de Ervedosa. Considerou a sua intervenção ter ficado prejudicada. Para salvar a Escola Profissional iria apoiar o Senhor Presidente e a Caixa Agrícola no sentido de salvaguardar uma Escola que merece ser ajudada. Irá abandonar a sala regressando no momento da votação. O Senhor Sebastião Mesquita começou por dizer que esta discussão se devera à falta de informação. Desconhecia que o assunto fosse ESPRODOURO/ASDOURO, por não lhe ter chegado informação. A explicação deveria tê-la dado no início da discussão deste ponto. Acrescentou que o Senhor Norberto Vieira saíra confundido, quanto a si, a informação que recolhera fora durante a reunião através das intervenções. O assunto agendado é a criação de uma Associação, na qual a Câmara participará com 50%. A inclusão da ESPRODOURO/ASDOURO, tendo a ver com a criação desta Associação, o bastante seria o Senhor e o Senhor Diretor da ESPRODOURO escreverem os porquês e as causas do problema existente, que pelo que se apercebera, será mais grave do que pensava. Propõe que se convoque uma reunião extraordinária de Assembleia, não pretendendo pagamento da sua senha de presença, e na qual estejam presentes a Caixa Agrícola e a ESPRODOURO, para que nos expliquem frontalmente a situação. Nestes dois dias, ouvira alguns comentários, pedindo que seja feita uma auditoria. Disse não estar para aprovar a criação de uma nova Associação, onde a Câmara injetará 50% de capital, sendo que o mais provável será não ter qualquer solução de resolução positiva. Considerou que não poderá votar um assunto, ESPRODOURO/ASDOURO que não conhece. Estando em discussão este tema, o Senhor Presidente da Assembleia terá de se ausentar, por ser uma das partes interessadas.

O Senhor Presidente da Câmara disse "não estar aqui a discutir-se a ASDOURO, mas sim a criação de uma nova Associação, precisamente para que o Património edificado, e o valor correspondente, injetado pela Caixa Agrícola, fiquem garantidos, e esses valores não sejam delapidados". Reforçou, para concluir, ser uma "Associação para defender a ASDOURO".

O Senhor Joaquim Monteiro reconheceu que o tema tem "alguma história por trás, e quem a conhece, sabe da fundição da ESPRODOURO com a ASDOURO". "Alguns acompanharam, outros não, mas a realidade é que a ASDOURO, e quem por lá passou, geriu e ganhou o que quis, e bem lhe apeteceu". Pergunta pelo que se apercebera, se o Executivo e a Assembleia irão tentar resolver o problema com a criação de outra Associação, para que a Escola continue a funcionar e salvar-se o Património. Sendo isso que está em causa, concorda, no entanto quer dizer "que quem prejudicou tanto esta instituição, devia ser responsabilizado, chamando a atenção os últimos Diretores, pensando que a questão fora nas últimas duas direcções". Disse ainda não compreender o porquê de na nomenclatura da Associação a criar, venha o apêndice do turismo. Como

Associação de Desenvolvimento Local, poderá atuar em todas as áreas abrangidas pelo Município. Independentemente das causas, entende que devemos ajudar, para a continuação da Escola Profissional.

O Senhor Paulo Bito disse corroborar as palavras do Senhor Joaquim Monteiro em defesa da Escola Profissional, do seu corpo docente e discente e dos postos de trabalho em causa. A persistência na criação desta Associação está pelo que ouvira, quer do Senhor Presidente da Câmara, quer do Diretor da Escola Profissional, solucionar um problema, agindo rapidamente. Quis, no entanto, saber se, a ser aprovada a nova Associação, a Câmara colaborará com 50%, presumindo que os outros 50% serão suportadas pela Caixa Agrícola.

O Senhor António Froufe fez o reparo ao Senhor Presidente da Câmara exemplificando que "uma folha em branco não consegue explicar nada". Esta situação ter-se-ia evitado, se enviassem um ofício, considerando estar em risco postos de trabalho, saída de alunos para outras Escolas, derivado à situação em que a Escola Profissional se encontra. Finalmente com a explicação dada pelo Senhor Presidente, alterará a sua posição de voto. Poderão ainda coexistir dúvidas, mas votará favoravelmente, para não ser acusado futuramente das perdas de postos de trabalho e do fim da Escola Profissional. Se têm interesse na resolução, não custaria nada, dizê-lo frontalmente e resolver-se-ia.

O Senhor Presidente da Câmara pediu para intervir esclarecendo que a palavra "turístico" fora anexada, atendendo à possibilidade da sua abrangência. Como é do conhecimento geral, a Ferradosa é uma zona turística e há algum tempo, está a ser explorada pela ESPRODOURO, daí ter-se pensado afetá-la à mesma entidade. Pensa não ser relevante a denominação, mas sim a resolução do problema. Se nada for resolvido "acreditem que não demora um mês a entrar em insolvência. O ponto em discussão é o primeiro passo, o segundo será definir corretamente com a Caixa Agrícola a sua funcionalidade e como irá ser gerido o Património". Ao Senhor António Froufe disse estar convencido de que "não havia ninguém na Pesqueira que não soubesse a que dizia respeito esta Associação".

Passada a palavra à Senhora Marcolina Sequeira disse que na sua primeira intervenção abordara a discussão dos Estatutos por verificar não se enquadrarem no ponto 5. Reconhecera que o Senhor Presidente pecara por falta de informação. Se tivesse explanado a causa do ponto 5, ter-se-ia evitado toda esta situação. Acrescentou que "todos falam e só quem está dentro é que sabe o que se passou ou passa. Pensando estar a camuflar-se uma situação, o melhor será colocarem os assuntos com frontalidade. Perante os factos ninguém melhor que o Senhor Diretor da Escola, professor Jorge Rocha para dar explicações concretas." Se a Câmara ajudou há algum tempo os bombeiros de Ervedosa com 450.000,00€ e outras Associações, porque não disponibilizar uma verba para ajudar a Escola Profissional? É a favor dessa solução, retirando este ponto da criação da Associação, não vendo motivos para que tal aconteça. É de opinião que ao esconder-se um problema, é estar a esconder uma ajuda que a Câmara terá de dar. Os Estatutos refletem a criação de uma Associação que irá sobrepor-se às que a Câmara já vem exercendo no turismo e desenvolvimento local. Afirmou ainda, não ser vergonha nenhuma pedir ajuda quando existem problemas. A cooperativa de Ervedosa e os bombeiros pediram. Não entendera o porquê de esconder, ou camuflar uma situação com a criação desta Associação, deixando-lhe muitas dúvidas.

O Senhor Presidente da Câmara disse que "cada caso é um caso" e "cada um de nós tem a sua forma de atuar e agir". Acrescentou que a Câmara quer ajudar na resolução dos problemas da ASDOURO, achando que a melhor forma será



garantir-se a ajuda necessária e a defesa do Património que é da Câmara. Se em todas as situações entregarmos dinheiro, justificaríamos erros e más gestões efetuadas. Terá de haver responsabilidade, a ajuda aos bombeiros de Ervedosa, foi efetivada, estando a ser-lhes retirada uma verba nos subsídios que lhes atribuímos. À Cooperativa dos Olivicultores de Ervedosa, com a força da Câmara, conseguiu-se uma parceria, sem custos, para que a Caixa Agrícola lhe fizesse um empréstimo "salvo erro de 37 mil euros". Tentámos solucionar problemas. Nesta situação concreta, nunca defenderia arranjar a verba necessária, perguntando como ficaria a Caixa Agrícola que é detentora de capital e ainda a Associação de Pais, "ficavam-se todos a rir". Esta ideia já várias vezes fora discutida e amadurecida e é a apresentada, podendo haver melhor, mas até agora não percebera se existe.

O Senhor Presidente da Assembleia fez-se substituir pela 1ª Secretária, a fim de poder esclarecer e responder às interpelações dos Membros intervenientes na discussão, como Diretor da ESPRODOURO.

A Senhora Lurdes Veiga assumiu a presidência da Mesa, dando a palavra ao Senhor Diretor da ESPRODOURO.

Começou por apresentar o histórico da criação da Escola Profissional no ano de 1995, com a frequência de 66 alunos, provenientes de vários concelhos. À exceção da maior parte das Escola Profissionais nacionais, o notário local atribuíra-lhe um número e identificação fiscal, dando-lhe força jurídica. Surgira a obrigatoriedade da criação de uma entidade proprietária da Escola Profissional em 1998, podendo ser na forma de Associação, Cooperativa, Fundação ou Sociedade. Perante este facto o Município de São João da Pesqueira e a Caixa de Crédito Agrícola criaram a ASDOURO. Contrariamente ao que fora apresentado pela Senhora Lourdes Marinho, a Associação de Pais entrara na ESPRODOURO, por ser necessário um terceiro constituinte, e não da forma que entraram nas outras Escolas. A partir dessa data surgira a ASDOURO com personalidade jurídica anulando à ESPRODOURO essa qualidade e começando a "promiscuidade", instalada até hoje, de ASDOURO/ESPRODOURO, estando a decorrer a anulação da ESPRODOURO – Escola Profissional de S. João da Pesqueira, para que permita a alteração do certificado de admissibilidade da ASDOURO para ESPRODOURO. Ao longo de 20 anos de existência, a Câmara Municipal ganhou o valor dos passes dos alunos que frequentaram a Escola nesse período, porque fora a Escola que os pagara. O Crédito Agrícola Mútuo ganhou com os juros, por necessidade de recurso a crédito, por parte da Escola. As duas entidades fundadoras beneficiaram da ESPRODOURO. Em termos financeiros, até ao dia 31 de dezembro contribuíram com aproximadamente 50mil euros, podendo dizer-se que fora a Associação do concelho que menos verbas recebera. Em 1 de setembro de 2014 regressara à direção da Escola, estando em curso uma auditoria relativa ao ano letivo de 2012/2013. Após os resultados apresentados e uma nova auditoria solicitada, conseguiram recuperar-se 152 mil euros que estavam perdidos. Acrescentou que num total a débito de 269.361,03 euros, desde setembro de 2015, receberam unicamente 30 mil euros. Reconheceu não ser este o panorama só da ESPRODOURO, mas sim de todas as Escolas Profissionais do País. Respondendo à questão apresentada pela Senhora Lourdes Marinho, disse que as obras, ao longo dos tempos, foram feitas com o apoio exclusivo do Município. Esclareceu ainda que através de protocolo celebrado entre o Município e o Crédito Agrícola, atribuiriam um valor aproximado de 30 mil euros, caso a entidade Escola não conseguisse liquidez anual. Esse protocolo está em vigor, a Câmara já disponibilizou essa verba, competindo ao Crédito Agrícola disponibilizar igual montante. A Escola é

financiada em função do número de alunos por turma. Neste momento, frequentam a ESPRODOURO 82 alunos, dos quais 8 são oriundos de países PALOP. Os alunos PALOP custavam à entidade 120€ para alojamento por mês, em refeições 4,27€x2 por dia, não sendo subsidiados pelos fundos comunitários, nem pelo governo português, nem pelo governo de origem. Considerando o fator cooperação e multiculturalidade, ser importante darmos-lhe acolhimento, numa quantidade mensurável. Esclareceu ainda que cada turma deverá comportar 24 alunos, sendo tolerados 22, mas a partir desse número sofre-se a perda de sensivelmente, 4 mil euros por aluno, independentemente do motivo da saída, salvo os casos de e/migração. Atendendo à baixa significativa de alunos, nos últimos 4 anos, a situação económico/financeira fora-se degradando. Como resultado da auditoria, no ano de 2012/13, o valor das perdas cifrou-se em 250 mil euros, com limite de pagamento até 31 de dezembro de 2016. Reforçou que no ano letivo de 2015/2016, por força da conjuntura nacional, existirem atrasos significativos na análise dos PR, e nos pagamentos, devidos pelo POCH, referentes a ações, atividades e projetos, num total de 269.361,03€. Até há pouco, através desse programa, receberam 36.562,37€, referente ao primeiro adiantamento de um projeto, correspondente a 15 % do valor aprovado. Para fazer face aos compromissos, a Escola tem-se financiado no Crédito Agrícola de S. João da Pesqueira, um dos proprietários iniciais da Escola Profissional, utilizando uma conta corrente caucionada, em que o valor inicial era de 250 mil euros, passando a 500 mil euros em outubro de 2015. Para fazer face às necessidades de tesouraria houvera necessidade de aumentar o valor para 700 mil euros. A fim de agilizar esta operação, foi efetuado um empréstimo, a médio e a longo prazo de 400 mil euros, com amortização de 200 mil euros à conta corrente caucionada. Os restantes 200 mil euros para compromissos de tesouraria, tendo sido reembolsado ao POPH um valor de 151 mil euros, no final de 2015. Resulta que os compromissos financeiros com o Crédito Agrícola, em 31 de dezembro de 2015, eram de 851 mil euros, dos quais 400 mil do empréstimo a médio e longo prazo, 300 mil na conta caucionada e 151 mil euros numa conta a descoberto. Acrescentou que, no final do ano, a Escola não tinha dívidas, nem com os colaboradores, nem com o Estado, nem com a Caixa Geral de Aposentações, Segurança Social e A.D.S.E. Registou-se um saldo a fornecedores de 42.542,15€, estando acordados (entre partes), indemnizações de 64.500,00€ de 4 ex. colaboradores em diferendo judicial com a Escola, desde dezembro de 2014. Por necessidade de redimensionar a Escola, foram extintos dois postos de trabalho. Enquanto Diretor da ESPRODOURO, não discute interesses da entidade que agora surge, e o que fora dito não resolverá o todo, mas sim a grande parte. Relembrou que falara de 269 mil euros que terão de receber, assumindo que caso não seja o ano da viragem, será o primeiro a dizer aos representantes legais da entidade que o melhor será "pôr cobro à mesma não valendo de nada andarmos a inventar. Ou levanta, ou baixa de vez". Adiantou a ASDOURO ser de todos nós, aludiu o facto de no ano anterior ter trabalhado em processos do passado, não tendo tempo para se dedicar ao presente, nem ao futuro. Desde 1 de setembro até hoje, continua-se às voltas com problemas financeiros, faltando-lhe a capacidade de poder trabalhar nas formas de autofinanciamento. Para o próximo ano letivo irão propor-se a abertura de cursos do ensino profissional de técnico de eletrónica, automação e comando, com o objetivo de colmatarem necessidades locais, resolução de problemas de automatismos nas adegas, linhas de engarrafamento e outras áreas afins. Também a abertura de cursos técnicos de redes elétricas uma vez existirem barragens nas nossas zonas e a EDP ter mostrado receptividade na aceitação de alunos estagiários. Manterão os cursos existentes, aguardando

para este ano civil a formação pedagógica inicial e contínua de formadores elearning e a parceria que temos com o IEFP. Enquanto Diretor da ESPRODOURO acredita que mesmo com esta alavanca, não será um ano, nem dois, nem três, até porque o empréstimo que referira será a sete anos, sendo o tempo considerado fundamental. Aludiu à imagem de que "a queda de um avião é fácil, pô-lo no ar é mais difícil", acreditando que num período de tempo razoável, a ESPRODOURO possa voltar a estar no lado de cima.

A Presidente da Mesa agradeceu a explicação do Senhor Diretor da ESPRODOURO recebendo inscrições para esclarecimentos da Senhora Lourdes Marinho, Marcolina Sequeira e do Senhor Vítor Monteiro.

A Senhora Lourdes Marinho disse ter ficado esclarecida com a exposição do Senhor Diretor da ESPRODOURO. Acrescentou que tal como os restantes Membros da Assembleia, tivera conhecimento da ligação da Associação a criar com a ESPRODOURO através da certidão enviada. Nela, os Senhores Vereadores da oposição é que dão conhecimento dessa relação, ao justificarem a sua abstenção, com declaração de voto. Várias pessoas disseram não terem conhecimento, o que é falso, porque embora quase em cima da hora, a certidão fora enviada. Não fora ela que inventara, nem se deitara a adivinhar, por isso pedira o esclarecimento por não entender o alcance da dúvida apresentada pelos senhores vereadores, referidos em reunião de Executivo de 11 de fevereiro. Todos somos sensíveis ao facto de não deixarmos acabar as instituições do nosso concelho, no entanto o feedback lançado foi a abstenção dos senhores vereadores. Se têm tanto amor à terra, deveriam ter logo votado a favor, evitando toda esta confusão.

O Senhor Vereador Manuel Cordeiro, sem pedir a palavra à Mesa, foi interrompendo, dizendo que tinham votado favoravelmente, querendo intervir em defesa de honra.

A Senhora Lourdes Marinho, mantendo a sua intervenção, respondeu que não podia interrompê-la, que não podia negar tal facto, tendo de se responsabilizarem pelo que disseram e que consta na certidão. Tem constatado não ser a primeira vez que lançam a confusão e depois abstêm-se por ser mais fácil essa intenção de voto. Continuou dizendo que estava a confundir as votações, lembrando que os Senhores votaram a favor a doação dos edifícios da ESPRODOURO à ASDOURO, tendo-se absterido na votação em causa. Ambas foram objeto de discussão em datas diferentes. A primeira em 17 e dezembro de 2015, e a que está em análise é a votação da reunião de 11 de fevereiro, com a abstenção.

A Senhora Presidente da Mesa disse não poder permitir o diálogo, dando direito a resposta, quando a interventora finalizasse.

O Senhor Vereador Manuel Cordeiro disse "à Professora Lourdes que os Vereadores que estão na oposição na Câmara votaram favoravelmente, e o Senhor Presidente é testemunha disso, à doação do Património à ASDOURO. Não tendo concordado, por não perceberem a criação desta Associação, não tendo votado contra, para não impedir uma solução que pudesse ser até viável". Acrescentou ser já a terceira ou quarta vez que a Senhora Maria de Lourdes se referira às declarações de voto do PNT, "o sentido de voto é nosso não sendo de mais ninguém".

Passada a palavra ao Senhor Vítor Monteiro declarou ter mudado radicalmente o seu sentido de voto. Essa mudança dever-se-á à sua forma de ser e à do partido que representa, não podendo ficar indiferente à constatação de dramas, quer dos alunos, quer da Escola. Persistirá sempre a dúvida da falta temporal em que fora discutido o assunto. Se não tivesse surgido o problema

ESPRODOURO/ASDOURO, nunca a Assembleia teria tomado conhecimento da gravidade de uma entidade que também pertence à Câmara. Votará a favor pelo motivo já apresentado.

O Senhor Presidente da Câmara respondeu ao Senhor Vítor que o envio dos Estatutos se devem à necessidade urgente de resolução de um problema grave. Como estava mencionado, Caixa Agrícola e Câmara, subentenderam compreender-se, aceitando que poderia ter sido mais claro, na apresentação deste assunto.

A Senhora Marcolina Sequeira pede desculpa, mas em momento algum vira referido nos Estatutos quer a Câmara, quer a Caixa Agrícola. Pediu para que lhe esclareça, se os 50% da Câmara dizem respeito apenas ao Património. Gostaria de saber em quanto está avaliado, se a Caixa Agrícola irá entrar com valor igual, e se a situação ficará resolvida. Caso contrário futuramente os Estatutos da Associação terão de contemplar subsídios, ou fica-se só pelo Património? Questionou ainda se a Câmara colabora com 50%, entregando Património, e ser esse o seu contributo, com igual contrapartida da Caixa Agrícola e se futuramente Associação continuará a receber uma verba das mesma em igualdade de montantes.

O Senhor Diretor da ESPRODOURO pediu para esclarecer a Senhora Marcolina Sequeira, por ser conhecedora de que a figura "promotor" depois "proprietário de ESPRODOURO/ASDOURO" aparece indiscriminadamente sem se entender qual delas é a associação. Pretende-se acabar "com essa história de mistura". Verificada a situação atual já explanada, 33% era a participação da Câmara, 33% da Caixa Agrícola e 33% da Associação de Pais, na Associação ESPRODOURO/ASDOURO. Fora definido dever existir, com a criação da nova Associação, a participação de 50% com o Património do Município, correspondido em igualdade percentual pelo Crédito Agrícola. O Crédito Agrícola estabelecera, no entanto, um teto de 400 mil euros, o que não irá equivaler aos 50%. Como se depreende, a despesa desde 1 de setembro tem que ser saldada, pois o Ministério só paga à *posteriori*, resultando daí, que precisaremos de 100 ou 200 mil euros, não podendo ir mais além do que o Crédito Agrícola nos pode conceder, 400 mil euros. Adiantou ainda que o capital líquido terá de ser transportado para a ASDOURO, indo fazer face às necessidades da Escola, acrescido da hipoteca do imóvel à entidade que financie a nova associação, ficando o assunto resolvido.

O Senhor Silva Fernandes esclareceu que na sua intervenção dissera ao Senhor Presidente ter-se baseado no documento que lhe fora entregue, dizendo até que, a ser verdade, alguém teria de ser responsabilizado, não tendo levantado suspeitas, fizera o seu trabalho de casa, estudara os Estatutos, nunca votaria contra, nem abster-se-ia à criação de uma Associação de desenvolvimento local e turístico. Após as intervenções e explicações, mais favoravelmente votará, por se tratar de uma situação de emergência da Escola. Lamentou que toda esta explicação tivesse sido feita ao contrário, verificando que o Senhor Norberto Vieira tivera razão na sua manifestação, porque se a Assembleia tivesse sido esclarecida sobre a realidade, já o problema estaria resolvido. Chamou a atenção, por ter algumas reservas, quanto à doação, desconhecendo se haverá legitimidade para o Município doar Património. Diz isso, por uma experiência de vida que tivera com um Município que doara um terreno para um empreendimento que iria criar 3000 postos de trabalho. Passado um dia tiveram de o vender simbolicamente, por 1€ o metro quadrado, para solucionar o problema, porque não o podiam doar. Sobre a participação de 50 – 50%, na sua opinião não dará gestão.

A Senhora 1.ª secretária Lurdes Veiga que assumira a Presidência da Mesa, para possibilitar a intervenção do Presidente da mesma, como Diretor da Escola Profissional, ausentou-se da reunião às 19:15h, tendo a Senhora 2.ª secretária, Lourdes Marinho tomado a presidência para continuação dos trabalhos.

O Senhor Presidente da Câmara pediu para intervir respondendo ao Senhor Silva Fernandes que quanto à doação, a lei refere que as Câmaras podem doar até mil vezes o indexante, que neste momento, se situa nos 530€, correspondentes ao ordenado mínimo nacional. Em termos de avaliação das finanças, a Escola Profissional e a cantina, têm um valor de 500 mil euros, o que em termos de doação estará abaixo do permitido.

O Senhor Sebastião Mesquita argumentou não ter recebido qualquer certidão a acompanhar a documentação para análise deste ponto. Tivera algum conhecimento "boca a boca, e hoje 90% de informação, mudando o sentido de voto. Sabia da má gestão que houvera na referida Escola, falando-se em ordenados superiores, em dobro, aos auferidos na Escola pública, bónus mensais de 700 e 800€. Reconhece que "onde há fumo há fogo. Se há pessoas que pegaram e se têm algum guardado que o reponham. Fala-se haver pessoas a ganhar 3000€ e mais 800€ de bónus mensais. Façam-se auditorias", para que no futuro não se repitam estas situações. Disse dever clarificar-se a situação e responsabilizar os seus autores. Reconhece não estar salvaguardado o futuro com esta tomada de posição, recomendando que se façam esforços e se aprenda com os erros. No entanto, "quem meteu dinheiro ao bolso devia ser responsabilizado. O Património é investimento, é dinheiro de nós todos, se foi mal gasto é prejuízo para todos", sendo essa a sua preocupação.

A Senhora Presidente da Mesa, passou a palavra ao Senhor Diretor da ESPRODOURO que acrescentou informação, disse os ordenados serem iguais aos já existentes à data de 2014. O vencimento mais alto é o seu, estando de acordo com o seu vencimento na carreira da função pública, acrescido de um subsídio extraordinário, como qualquer Diretor numa Escola ou Agrupamento de Escolas, aparecendo alguns valores extraordinários de deslocações. Recuando no tempo, informou que há anos, os custos não eram unitários, mas sim por adiantamento vindo referidos por rúbricas. Uma delas referia-se ao pessoal não docente, cuja verba atribuída pelo PRODEP excedia as necessidades efetivas. Quando isso acontecia recompensavam quem trabalhava para além dos projetos para os quais tinham sido contratualizados, ou teriam de restituir o dinheiro. Guiam-se pelo estipulado no contrato coletivo de trabalho do ensino particular e cooperativo, à exceção do contabilista - TOC e do chefe de serviços administrativos, pois já auferiam vencimento superior, não podendo haver diminuição de valores, continuam a recebê-lo. A gestão é permanentemente auditada, pois é avaliada mensalmente a partir do envio de faturas, e outros gastos, aleatoriamente escolhidos pelo POCH. Projetos financiados pelo POCH, quando os valores não sejam os legalmente constituídos, em qualquer das cláusulas, a auditoria externa é imediata.

O Senhor António Froufe disse que todos teriam percebido, entende que o Senhor Presidente terá de se acautelar e explicar. Pensa que ninguém irá votar contra, mas a consciência de cada um assim o dirá.

O Senhor Norberto Vieira reforçou a intervenção da Senhora Marcolina Sequeira, notando também não ter ficado bem esclarecido. Notou que o capital que a Caixa Agrícola investir, não entrará no cofre da Escola, mas sim irá abater à dívida já existente.

A Senhora Maria Helena ficara esclarecida, nunca votaria contra, ao constatar as dificuldades que a Escola apresenta. Comunga das palavras do Senhor

Sebastião Mesquita, dado que qualquer gestor, quando a instituição está a ser mal gerida, deve ser chamado à responsabilidade. Desejou um bom desempenho no trabalho árduo que o Diretor da Escola terá pela frente, fazendo votos para que "não deixe cair o avião". Acrescentou que seria lamentável, depois de tanto esforço, "a entrega do Património edificado. "Senhor Professor Rocha estamos aqui para colaborar, e não gostaríamos de ver aquele edifício, propriedade da Caixa Agrícola, com todo o respeito que tenho por essa instituição de crédito".

O Senhor Joaquim Monteiro lamentou, dizendo que neste País tudo tem sido auditado e fiscalizado, o BPN, o BES e até a Caixa Agrícola há uns anos. "As palavras do Diretor da Escola quase nos fez chorar" esperando que nesta nova Associação, cada membro constituinte doe a verba apresentada nesta proposta, em igualdade de circunstâncias.

O Senhor Diretor da ESPRODOURO pediu para acrescentar que ao longo da sua vida cometera erros e aprendera com eles, não personificando ninguém, disse para não se esquecerem que a gestão "não é só dos Diretores". Reforçou ainda que a Caixa Agrícola "pouco ou nada" financiara.

O Senhor Vítor Tomé dirigindo-se ao Senhor Diretor da ESPRODOURO reconheceu que ao contrário do que tem ouvido dizer "que nunca faziam intenção de votar contra" perguntou, dependendo da resposta que vá obter, o seu o seu sentido de voto. "Acredita mesmo que a solução, passe por aqui? É esta?" Ao Senhor Presidente da Câmara voltou a dizer que "pensar que toda a gente ouvira" e não estar referido no ponto, não ser o correto. O Senhor Diretor da ESPRODOURO falara há pouco e ninguém dera relevância à doação. Observou que ao fazer-se uma sociedade se uma parte entra com Património, a outra entra com dinheiro. "A doação estava aqui quase de uma forma encoberta", isto para se dizer que a Caixa Agrícola vai depois hipotecar o edifício, ou não? Esta é a pergunta que quer ver respondida.

O Senhor Diretor da ESPRODOURO respondeu ao Senhor Vítor Tomé que a Escola Profissional não tem capacidade orçamental de 25%. Não será à Caixa Agrícola, mas sim a formalização na banca de um empréstimo a partir da garantia real tendo a forma de hipoteca sobre o edifício.

O Senhor Presidente da Câmara pediu intervenção para clarificar que a doação das atuais instalações da ESPRODOURO à ASDOURO, fora aprovado em reunião de Executivo Municipal. Esse procedimento não fora ainda levado à prática, enquanto não se resolvesse a criação desta nova Associação. A concretizar-se, a Câmara participará com o Património, e a Caixa Agrícola com o dinheiro. No caso da ESPRODOURO, através da nova Associação, precisar de um fundo de maneiço, terá de recorrer à banca e aí o comprometimento será igual. Necessitando de 100 mil euros, 50 mil serão da responsabilidade da Câmara, os outros 50, no caso concreto, da Caixa Agrícola. Com é óbvio a Câmara não irá hipotecar um edifício pela necessidade de 100 mil euros.

O Senhor Jorge Andrade perante as explicações entendera que 500 mil euros são o valor do Património da Câmara, a Caixa Agrícola estabelecera um teto de 400 mil euros, deduz interrogando que caso o "avião caia" o edifício irá ficar para a Caixa Agrícola e quem perde será o Município.

O Senhor Presidente da Câmara esclareceu que neste momento, o Património Municipal está seguro, por não pertencer ainda à ASDOURO. A ser aprovada a criação desta nova Associação "para fazer parede de conforto à ESPRODOURO", aí o Património da Câmara e os 400 mil euros da Caixa Agrícola serão os valores para que possam desenvolver a sua ação como entidade. Através da valorização efetuada ao nosso Património, se realmente o valor for de



500 mil euros e a Caixa Agrícola continue a insistir que a sua participação será de 400 mil euros, teremos que negociar e chegar a um entendimento, porque a Câmara perderia 100 mil euros. Caso a ESPRODOURO necessite de um fundo de maneiio, é a Associação que irá trabalhar para colmatar essa falha que terá de ser comparticipada entre a Câmara e a Caixa Agrícola em igualdade de valores. Não iremos aceitar que tudo seja descarregado no Património da Câmara.

O Senhor Sebastião Mesquita pediu para intervir, pois considerou estar-se a baralhar. No seu ponto de vista a nova Associação vai ter dois sócios que irão financiar a Escola, com os prejuízos até agora acumulados por uma Associação, com comparticipação de 33,3% em igualdade Câmara, Caixa Agrícola e Associação de Pais. Argumentou, porque ninguém falara nesses 33,3% que se alguém cai, a responsabilidade é sempre da Câmara, os outros não as terão, questionou.

Terminadas as intervenções o Senhor Presidente da Assembleia, retomou o seu lugar na Mesa, lembrando estar o ponto 5 clarificado, percebendo-se qual a perspectiva apontada. Solicitou que de acordo com as opiniões que foram tomadas durante a discussão, concordar com a retirada da palavra "turística" na nomenclatura dada à Associação, nos Estatutos, ficando apenas como Associação de Desenvolvimento Local de S. João da Pesqueira. Acrescentou herdar-se uma empresa com um passivo extremamente elevado, que se pretende contrariar, sendo de opinião que "ou damos agora o passo de acreditarmos todos ser o certo, ou também seremos todos a assumir que demos o passo errado, em 31 de dezembro". Informou que a votação não incluirá aprovação dos Estatutos enviados, mas sim, e só, para "a constituição de uma Associação, sem fins lucrativos, para a promoção e desenvolvimento do concelho, com a participação em 50% do Município". Colocada a votação, a proposta foi aprovada, por maioria, com a abstenção da Senhora Lourdes Marinho.

Pretenderam fazer declaração de voto as Senhoras Marcolina Sequeira, Lourdes Marinho e o Senhor Norberto Vieira.

A Senhora Marcolina Sequeira disse ter votado favoravelmente, lamentando não ser a própria Câmara a ajudar a ESPRODOURO de outra forma que não a da doação do próprio Património, correndo o risco de ficar sem ele, indo para a posse da outra entidade parceira da Associação.

A Senhora Lourdes Marinho justificou a sua abstenção por considerar não ir interferir no encerramento da Escola Profissional, mas sim, porque através da intervenção do Senhor Diretor da ESPRODOURO, ficara provado que as mais-valias têm sido efetuadas pela Câmara, tendo a Caixa Agrícola beneficiado com os juros dos empréstimos à Escola Profissional. Ainda por recear que a Caixa Agrícola, uma das fundadoras da ASDOURO, aparecendo agora como também fundadora da Associação proposta, vá continuar a ter dividendo, ficando mais favorecida, em especial com o comprometimento do Património edificado do Município.

O Senhor Norberto Vieira manifestou a sua declaração de voto por conhecimento do trabalho árduo do Executivo, embora os vereadores da oposição se tivessem abtido, tentaram salvar a ESPRODOURO e pela abertura da Caixa Agrícola para que algo se conseguisse. Desejou as maiores felicidades a esta nova gestão.

O Senhor Presidente da Assembleia informou que relativamente à primeira revisão orçamental o Dr. Paulo Tolda lhe fizera a observação de não ser um erro de contas, mas sim de uma leitura errada, pelo que lhe irá conceder a palavra para podermos ficar esclarecidos.

O Dr. Paulo Tolda disse que sobre a observação feita pela Professora Lourdes Marinho, os totais terem a ver com o facto das transparências para as freguesias estarem lá mencionadas. As transferências para as freguesias, fazem parte das transferências de capital, deveríamos ter colocado uma nota a dizer que não eram para somar. Nas despesas correntes, aquisição de bens e serviços na coluna variação, célula valor, na realidade faltava a verba de menos 20.000,00€. O Senhor Presidente da Assembleia agradeceu a explicação, dando voz à cidadã que se inscrevera para intervir no período destinado ao público, informando-a de dispor de 5 minutos para o fazer.

A Senhora Emília Figueiredo manifestou a sua admiração pela Assembleia, reconhecendo o trabalho não ser "pêra doce". Perguntou a razão de os comerciantes não poderem instalar-se na avenida, apresentando os seus produtos, na Feira dos Saberes e Sabores. O ano passado denunciaram-na por estar na avenida a vender, tendo sido abordada pela G.N.R, para que retirasse o *stand* de vendas daquele local. Acrescentou que a feira, estando tão escondida, não favorecer os comerciantes. Disse ser sócia da Associação de Comerciantes gostando que a Associação estivesse ao lado dos comerciantes, o que não acontece. A sua vinda à reunião, para expor o problema, deveria ser acompanhada pelos interessados, considerando haver pessoas que não "querem dar a cara". Por vezes dizem esperar por lugares prometidos, não querendo comprometer-se. Podendo contentar-se toda a gente, porquê "a birra" de não deixar a colocação de comerciantes na avenida.

O Senhor Presidente da Câmara, agradeceu à Dona Emília a vontade e paciência com que estivera a assistir a toda a reunião. Reconheceu ser a sua opinião, mas acharam conveniente centralizar a Feira, e não dispersá-la pelas ruas da vila. A avenida é também estrada nacional, podendo colocar em risco a própria vida das pessoas. Outra situação é evitar conflitos com possíveis autuações, dado nessas ocasiões, haver pessoas que não têm carta de feirantes, podendo desculpar-se com a autorização da Câmara para ocupação daquele espaço. A Câmara tem-se preocupado com a colocação de identificação do local da Feira, mas haverá sempre pessoas que não a visualizam. Quanto ao sorteio, só quem quiser usar de má-fé é que verbaliza ter já o lugar prometido. A Senhora Marcolina Sequeira fizera muitas vezes parte da organização da Feira e nunca houvera problemas com os sorteios.

O Senhor Vítor Tomé pediu a palavra para responder em nome da Associação, por pertencer à direcção. Não retirando legitimidade à pretensão da Dona Emília, reconheceu haver outros associados que estão no espaço destinado à Feira que poderiam sentir-se prejudicados. A Associação defende o interesse dos seus associados, quando prejudicados por alguma ilegalidade. A Câmara decidira, legalmente, que quem quisesse expor, teria de o fazer dentro do pavilhão, espaço escolhido para a Feira. A Associação Comercial ao querer ajudar os associados, não poderá em prol de uns, prejudicar outros.

O Senhor Presidente da Assembleia, terminadas as intervenções colocou a aprovação, em minuta, dos pontos 2, 3, 4 e 5, que foram aprovados por unanimidade.

ENCERRAMENTO:

O Senhor Presidente da Assembleia deu por encerrada a reunião às vinte horas e quinze minutos, agradecendo a presença de todos e desejando uma boa noite. Dos trabalhos em agenda foi lavrada a ata, que depois de lida, posta a votação e aprovada por maioria irá ser assinada pelos membros que compuseram a Mesa e a redigiram.